

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

GALSIONE CRUVINEL DA SILVA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UMA POLÍTICA PÚBLICA INACABADA

UBERABA – MG
2016

GALSIONE CRUVINEL DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL:
UMA POLÍTICA PÚBLICA INACABADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.

**UBERABA–MG
2016**

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho por qualquer meio convencional ou eletrônico para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

<p>S38e</p>	<p>Silva, Galsione Cruvinel da.</p> <p>Educação ambiental: uma política pública inacabada / Galsione Cruvinel da Silva. – Uberaba, 2016.</p> <p>96 f. : il. color.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus.</p> <p>1. Educação ambiental. 2. Meio ambiente. 3. Política educacional. I. Jesus, Osvaldo Freitas de. II. Universidade de Uberaba. Programa de</p> <p>2.</p> <p>3. Mestrado em Educação. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 304.2</p>
-------------	---

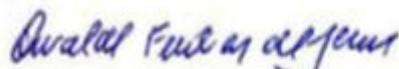
Galsione Cruvinel da Silva

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA POLÍTICA PÚBLICA INACABADA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 18/02/2016

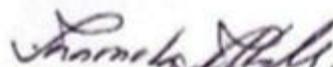
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba



Prof. Dr. Jair Miranda de Paiva
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo



Prof.ª Dr.ª Fernanda Telles Márques
UNIUBE - Universidade de Uberaba

*Aos meus pais,
por seu amor incondicional.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria e presença constante em minha vida.

Aos meus pais, que com grandes exemplos me ensinaram a viver com dignidade. Aos meus irmãos, que me incentivaram para que eu nunca desistisse dos meus ideais.

Ao Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus, pelas orientações valiosas no decorrer deste trabalho e pela paciência em conduzir todo o processo.

Às professoras Dra. Fernanda Telles Marques e Dra. Maria Aura Marques Aidar, pelos apontamentos e considerações feitas na banca de qualificação, que foram de suma importância para a finalização desta dissertação.

Aos professores do Programa de Mestrado da Universidade de Uberaba, pelos conhecimentos transmitidos e confiança no meu perfil profissional.

Aos amigos e colegas de trabalho, que me deram forças e acreditaram no meu potencial para alcançar mais esta conquista em minha vida.

Às amigas Ana Cristina Borges, pelo auxílio na formatação do texto, e Helenice Adão, pelo apoio na correção textual dos capítulos.

Aos colaboradores da Escola Y, que gentilmente me receberam e disponibilizaram a documentação necessária para as análises desenvolvidas ao longo do trabalho.

Muito obrigada a todos!

“No caminho do saber ao saber fazer é imprescindível que não esqueçamos a importância do ser e a grande via da aprendizagem que é a vida, a prática, a reflexão, a experiência”.

ALARCÃO (2003)

RESUMO

Muito se tem escrito e falado sobre os grandes problemas da humanidade, causados por prejuízos advindos do descaso com o meio ambiente. Esse trabalho planejado e conduzido dentro da linha de pesquisa “Processos Educacionais e seus Fundamentos”, centra-se na Educação Ambiental, proposta pela Lei 9.795/99 e sua importância enquanto política pública delineada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997. O objetivo principal foi o de investigar sobre as ações educativas realizadas em uma escola pública municipal da cidade de Uberaba-MG, em relação à Educação Ambiental. Trata-se de um estudo de caso, no qual se constatou que este eixo temático é ainda pouco desenvolvido na educação básica, principalmente no ensino fundamental. Esse fato, atrelado ao descontentamento da pesquisadora enquanto professora na educação básica, motivou a realização desse estudo. A Educação Ambiental na escola deveria ser hoje um instrumento muito eficaz para se conseguir criar e aplicar formas sustentáveis de interação sociedade-natureza. Este é o caminho, para que cada indivíduo mude de hábitos e assuma novas atitudes que levem à diminuição da degradação ambiental, promova a melhoria da qualidade de vida e reduza a pressão sobre os recursos ambientais. Para defender esta ideia, a presente pesquisa qualitativa, utiliza-se de fontes bibliográficas e documentais, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997), planos de disciplina, atas de reuniões da escola pesquisada e outras fontes de informação e análise. A Educação Ambiental, como uma política educacional, experimenta as intempéries e a instabilidade das forças governamentais, à medida que cada uma dá a ela a ênfase que lhe aprouver. Proposta como um tema transversal, a Educação Ambiental encontra grandes dificuldades na escola, pois requer trabalho em equipe e professores de tempo integral, o que não acontece na maioria das escolas. Sem planejamento e trabalho em equipe, o tema transversal cai no esquecimento da gestão escolar e da política pública maior. O resultado final da pesquisa não surpreendeu, à medida que constatou aquilo que já fazia parte do conhecimento comum: a escola está longe de tratar a Educação Ambiental como um tema importante que pode contribuir para a preservação da vida e do meio ambiente.

Palavras chave: Meio Ambiente. Educação Ambiental. Temas Transversais. Política Educacional.

ABSTRACT

This work planned and conducted within the research area "Educational Processes and their Foundations", focuses on environmental education, proposed by Law 9.795 / 97 and its importance as a public policy outlined by the National Curriculum Standards 1997. The main objective was to investigate educational activities with students of a public school in the city of Uberaba-MG, in relation to environmental education. It is a case study where it was found that this thematic area is still underdeveloped in basic education, especially in elementary school. This, linked to the discontent of the researcher as teacher in basic education, motivated this study. Environmental education in school is now a very effective tool to be able to create and implement sustainable forms of interaction society and nature. This is the way for each individual to change habits and take new attitudes leading to decreased environmental degradation, promote improvements in the quality of life and reduce the pressure on environmental resources. To defend this idea, this qualitative research, using bibliographic and documentary sources, such as: Law of Directives and Bases of Education - LDB No. 9394/96 and the National Curriculum Parameters - PCNs (1997), discipline plans, minutes of school meetings researched and other sources of information and analysis. Environmental education as an educational policy, experience inclement weather and the instability of the government forces, as each gives her emphasis to his will. Proposed as a cross-cutting issue, environmental education finds great difficulty in school because it requires teamwork and full-time teachers, which does not happen in most schools. Without planning and teamwork, the cross-cutting issue falls by the wayside school management and increased public policy. The result of the research was no surprise, as we found out that it is far from dealing with environmental education as an important issue that can contribute to the preservation of life and the environment.

Keywords: Environment. Environmental education. Transversal themes. Educational politics.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACD –	Associação das Crianças Deficientes
AEE –	Atendimento Educacional Especializado
AMA –	Agentes do Meio Ambiente
ASIP –	Ação Sistemática de Intervenção Pedagógica
EA –	Educação Ambiental
LDB –	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MG –	Minas Gerais
MLP –	Memória Longo Prazo
ONU –	Organização das Nações Unidas
PAV –	Programa Acelerar para Vencer
PCNS –	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDDE –	Programa Dinheiro Direto na Escola
PMDDE –	Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola
PNE –	Plano Nacional de Educação
PNLD –	Programa Nacional do Livro Didático
PP –	Projeto Político
PPP –	Projeto Político Pedagógico
PROUCA –	Programa Um Computador por Aluno
PROUNI –	Programa Universidade para Todos
PUC –	Pontifícia Universidade Católica
SEMED –	Secretaria Municipal de Educação de Uberaba –
TDAH –	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UBS –	Unidade Básica de Saúde
UMS –	Unidade Municipal de Saúde
UNEP –	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO –	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Critérios para análise da política pública.....	20
Gráfico 1: Efeitos do desmatamento desenfreado.	24
Figura 1: Influência mútua do pensamento emocional e racional.	25
Figura 2: Organograma da Escola Y	44
Quadro 2: Projetos desenvolvidos pela Escola Y	56
Gráfico 2: Tema Sustentabilidade na Escola	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação de planos de ensino das disciplinas disponibilizados para análise	61
Tabela 2: Acompanhamento das tarefas diárias	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA	19
1.1 Noções Gerais	19
1.2 Educação Ambiental	22
1.3 A Lei 9795/99 e os Temas Transversais	26
1.4 Projeto Político Pedagógico.....	37
CAPÍTULO 2 – A PESQUISA DE CAMPO: TEORIA E PRÁTICA EM AÇÃO	40
2.1 Informações Gerais da Pesquisa	40
2.2 Memorial.....	40
2.3 A Escola Y: perfil histórico e atual.....	43
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COTEJADOS.....	52
3.1 O Projeto Político Pedagógico da Escola Y.....	52
3.2 Os planos de ensino	58
3.3 Atas de reuniões acadêmicas	62
3.4 Materiais produzidos para propagar eventos sobre o meio ambiente.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	73
Anexo 01 – Projeto espaço de diversidade, cultura e cidadania	74
Anexo 02 – Agenda 21 – Agentes meio ambiente.....	81
Anexo 03 – Plano de ensino.....	85

INTRODUÇÃO

A experiência docente da pesquisadora na educação básica, especificamente nas aulas na educação básica e coordenadora de projetos em uma escola pública, motivou este estudo. Nossa indignação é em relação ao tema Educação Ambiental, enquanto política pública delineada nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, a qual, enquanto exigência não aparece nos currículos escolares.

Pensar na Educação Ambiental hoje ainda envolve os mesmos desafios de décadas passadas, principalmente na década de 1990, quando foram estruturados os PCNs e nesse aspecto a necessidade da competência dos professores, principalmente em relação à questão ambiental.

A Educação Ambiental exige competências que devem ser adquiridas ou reconhecidas e desenvolvidas nas escolas. Neste contexto surgem questões como as de que modo este eixo vem sendo trabalhado nas escolas? A Educação Ambiental está contemplada nos conteúdos curriculares? Está prevista no Projeto Político Pedagógico escolar?

Sabe-se que a escola não detém o monopólio do saber, mas precisa ser um sistema aberto, pensante e flexível. Sistema aberto sobre si mesmo, e aberto à comunidade em que se insere. O professor não é a única autoridade do saber e o aluno também já não é mais o receptáculo, a deixar recheiar-se de conteúdos. Ao professor, são-lhe impostas novas exigências. Ele tem de aprender a gerir e a relacionar informações para transformá-las no seu conhecimento e no seu saber (ALARCÃO, 2003).

É neste sentido que a escola é tão importante na abordagem da Educação Ambiental. A sala de aula deixou de ser um espaço, no qual se transferem conhecimentos, passando a ser um espaço onde se procura e onde se produz conhecimento (DEMO *apud* ALARCÃO, 2003). Uma conceptualização da escolarização neste sentido implica na utilização de estratégias de organização das aprendizagens que assentem no próprio aluno e promovam a sua capacidade de auto e hetero-aprendizagem. E que, por isso mesmo, lhe conferem poder, o responsabilizam e autonomizam e, deste modo, contribuem para a tão desejada Educação Ambiental.

Educar é fazer-se sentir responsável pela “sociedade que aprende e se desenvolve” (ALARCÃO, 2003, p. 78). Dessa forma, em constante interação com as oportunidades que o mundo lhe oferece, o indivíduo tem de se assumir como um ser que observa o mundo e se observa a si, se questiona e procura atribuir sentido aos objetos, aos acontecimentos e às interações. Tem de se convencer de que tem de ir à procura do saber. É um indivíduo que faz

relação entre as coisas ao seu redor, que as define e lhes dá sentido – tem uma mente ativa.

Nesse caso, os professores são estruturadores e animadores das aprendizagens e não apenas estruturadores do ensino. Há que se repensar o seu papel. Têm de se consciencializar que são fonte de informação, e por isso, tem responsabilidade profissional e uma delas é com a Educação Ambiental.

Não basta que a Educação Ambiental esteja nos currículos escolares ou como eixo centralizador dos Parâmetros Curriculares Nacionais e outras diretrizes sejam elas: nacionais, estaduais ou municipais. O importante é o querer da educação, pois, se quisermos pessoas pensantes, intelectuais, capazes de gerir a sua ação profissional e defender seu planeta, exige-se a constante atitude de reflexão, pois, só por meio desta manter-se-á presente a importante questão da função que os professores e a escola desempenham na sociedade e ajudará a equacionar e resolver dilemas e problemas, como a questão da Educação Ambiental nas escolas.

Este pensar reflexivo é um processo de mudança pessoal e social planeada. Em ambos os sentidos constitui um processo de aprendizagem que dá particular relevo à qualidade da colaboração no planeamento da ação e na avaliação dos resultados (BENNE, BRADFORD; LIPPITT, 1964 *apud* ALARCÃO, 2003).

De acordo com Macedo (1995, p. 68), “a escola é uma comunidade social, organizada para exercer a função de educar para a cidadania”. Nunca está verdadeiramente feita, mas se encontra sempre em construção, mediada pela interação dos diferentes autores sociais que nela vivem e com ela convivem.

E é nesse espaço que se encontra o Projeto Político Pedagógico escolar, ou seja,

[...] é a carta de definição da política educativa da escola. É o cerne da política da escola – política distinta e original de cada comunidade educativa, definida na gestão de tensões positivas, princípios, normas nacionais e objetivos, necessidades, recursos e modos de funcionamento específicos de cada escola (MACEDO, 1995, p. 69).

Ao conceituar a importância do Projeto Político Pedagógico escolar, é importante considerar o currículo no centro deste projeto. Para Roldão (2000),

Currículo é o conjunto de aprendizagens proporcionadas pela escola e consideradas socialmente necessárias num dado tempo e contexto. É o currículo que legitima socialmente a escola, como instituição a quem a sociedade remete a ‘passagem’ sistemática das aprendizagens tidas como necessárias (ROLDÃO, 2000, p. 56).

Desse modo, gerir uma escola que educa para a cidadania é gerir uma escola com um Projeto Político Pedagógico consistente, efetivo e eficaz. Esta escola tem a capacidade de se

pensar para se projetar e desenvolver. Assim, não será “projeto por decreto”, nem “projeto mosaico”, conglomerado de projetos setoriais avulsos, nem “projeto *ghetto*”, marginal e aceite por um só setor (BARROSO, 1992), mas um projeto determinado, coerente, desafiador e exigente, interativo, flexível e forte, face às situações, avaliador e formador.

Assim, considerando a importância da promoção da Educação Ambiental, enquanto eixo norteador dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) cabe aqui evidenciar que enquanto questão para a educação, a Educação Ambiental está dentro dos temas transversais, um conjunto composto de seis áreas temáticas da maior importância para a formação do cidadão em um tempo de crise de valores e de condutas na sociedade, a saber: 1. Ética; 2. Pluralidade Cultural; 3. Meio Ambiente; 4. Saúde; 5. Orientação Sexual e 6. Temas Locais. Entretanto, mesmo parecendo ser uma solução, os temas transversais, no Brasil, não adquiriram consistência, pois a transversalidade implica na existência de outras estruturas escolares simultâneas.

Estas estruturas envolvem uma equipe de trabalho docente interdisciplinar, em tempo integral, com a acomodação dos temas transversais nos diferentes componentes curriculares específicos e uma metodologia adequada para utilizá-los de maneira proveitosa e consequente. No Brasil, o professor não dispõe de tempo integral na escola, em que trabalha. Para compensar o salário insuficiente que recebe (GATTI, 2009), ele trabalha em duas ou três instituições de ensino. Como consequência, a interdisciplinaridade, uma exigência decorrente dos temas transversais, não avançou no espaço do planejamento das disciplinas e seus conteúdos.

Os temas transversais, de certo modo, “foram atirados para debaixo do tapete”, como se diz na linguagem popular. De fato, eles não poderiam mesmo se tornar novas disciplinas, pois o currículo já não suporta mais o acréscimo de novos conteúdos (SACRISTÁN, 2008). O currículo, por assim dizer, transbordou de tal modo que a transversalidade tornou-se uma saída honrosa e não uma livre escolha da política educacional. Esta medida, por si só, não seria ruim, se todas as providências colaterais tivessem sido tomadas.

Os temas transversais, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), tornaram-se mais uma política educacional inócua, sem efeito na realidade educacional da escola. Pior ainda, não tendo saído do papel, não incomoda a gestão da educação, pois o país está acostumado e acredita que o fato de existir a lei seja suficiente motivo, para a sociedade mudar. Mas a verdade é outra: sem a recepção positiva da sociedade, nenhuma política educacional surte os efeitos desejados. (SACRISTÁN, 2008).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), referentes aos temas transversais, mais especificamente, ao meio ambiente, há um texto que ilustra bem aquilo que foi dito

anteriormente, o qual aqui está desdobrado em itens numerados, bem como negrito em alguns pontos, para melhor compreensão de como a transversalidade se apresenta:

- 1 - A problemática trazida pelos **temas transversais** está contemplada nas diferentes áreas curriculares. Está presente em seus fundamentos, nos objetivos gerais, nos objetivos de ciclo, nos conteúdos e nos critérios de avaliação das áreas. Dessa forma, em todos os elementos do currículo há itens selecionados a partir de um ou mais temas. 2 – Com a transversalidade, os temas passam a ser partes integrantes das áreas e não externos e/ou acoplados a elas, definindo uma perspectiva para o trabalho educativo que se faz a partir delas.
- 2 – É preciso atentar para o fato de que a possibilidade de inserção dos Temas Transversais nas diferentes áreas (**a - Língua Portuguesa, b - Matemática, c - Ciências Naturais, d - História, e - Geografia, f – Arte, g - Educação Física**) não é uniforme, uma vez que é preciso respeitar as singularidades tanto dos diferentes temas quanto das áreas.
- 3 – Existem afinidades maiores entre determinadas áreas e determinados temas, como é o caso de Ciências Naturais e Saúde ou entre História, Geografia e Pluralidade Cultural, em que a transversalidade é fácil e claramente identificável. Não considerar essas especificidades seria cair num formalismo mecânico.
- 4 – Os temas: I - ética, II - pluralidade cultural, III - meio ambiente, IV – orientação sexual; V- a saúde, VI - temas locais (tópico acrescentado pela autora). (BRASIL, 1997, p. 32).

Os seis temas transversais, expressos no item 04, dizem por si o quanto são importantes para a formação do cidadão. Uma sociedade sem ética volta à barbárie; sem respeito à pluralidade cultural, em um mundo globalizado, a convivência social pacífica torna-se impossível; o meio ambiente sem a Educação Ambiental pode tornar-se inóspito e a vida ser ameaçada; a saúde poderá não resistir às intempéries do clima e à contaminação do solo, das plantas e das águas; a sexualidade humana, resultado também das construções socioculturais, poderá ser reduzida somente à Biologia; temas locais podem ser tragados pela invasão da globalização, por exemplo, a culinária local será digerida pela “macdonaldização”.

Enfim esses temas são muito importantes para permanecerem sob o tapete da escola ou no freezer das políticas educacionais. O ser humano é uma construção biossocial, resultado de milhares de anos de integração entre a Biologia e a cultura. As escolas, ou melhor, a educação não pode se esquivar da busca dessas novas integrações humanizantes.

Em uma época de mudanças climáticas, desastres ecológicos, derrubadas de matas, escassez de água potável, poluição da atmosfera, degradação do solo e de degelo dos polos norte e sul, a conscientização, fruto da informação e também da reflexão, papel da educação escolar, torna-se fator decisivo na formação do cidadão. A realidade ficou muito complexa e muito áspera para ser pouco considerada.

A Educação Ambiental, nesse sentido, expressa na Lei 9.795/99, ao que tudo indica, não saiu do texto para a escola. Essa dúvida, por meio de uma pesquisa bibliográfica e

documental, a pesquisadora quis dirimir, investigando uma escola pública da cidade de Uberaba-MG. O Projeto Político Pedagógico da escola, os planos de disciplinas, os registros feitos em diários de classe, em atas de reuniões e mesmo materiais relativos a eventos de Educação Ambiental, serviram de base para o estudo de caso. O recorte temporal para o estudo dos documentos internos foi de 2010 a 2014, por estarem esses mais disponíveis.

Acreditamos que desenvolver uma pesquisa, com o intuito de aprofundar questões referentes à Educação Ambiental nas escolas de educação básica, dará a devida importância a este trabalho, denominado: “Educação Ambiental: uma política inacabada”, pois é uma pesquisa que colabora com o Ensino Básico brasileiro quando prevê em seus planos e diretrizes a formação social, ética, científica e tecnológica.

Quanto aos caminhos metodológicos seguidos, essa investigação, de caráter quantitativo toma como referencial teórico-metodológico os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), como expressão da necessidade do ensino de Educação Ambiental na educação básica, coisa que não vem acontecendo, em sua maioria.

Os dados que foram levantados nesse estudo contribuirão com discussões e reflexões que auxiliem docentes e gestores, a inserir a Educação Ambiental em seu Projeto Político Pedagógico e a terem clareza da sua finalidade como instrumento de ensino e aprendizagem das questões ambientais.

As questões aqui investigadas, pesquisadas, analisadas e delineadas serão demonstradas em capítulos, que se encontram estruturados da seguinte forma:

No **Capítulo 1**, tratamos de algumas questões relacionadas às políticas públicas educacionais, considerando o objeto de estudo dessa pesquisa, ou seja, a Educação Ambiental. Estas políticas foram analisadas tendo em vista mostrar o quanto são inoperantes, pelo fato de estarem associadas a circunstâncias temporárias e não a um planejamento de médio ou longo prazo. Neste caso, os temas discutidos foram: A Educação Ambiental como política pública; como é vista atualmente no Brasil, as discussões e os desafios e ainda especificidades da Lei 9795/99, os Temas Transversais, o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais e a importância do Projeto Político Pedagógico no contexto escolar.

No **Capítulo 2**, descrevemos a escola escolhida para o estudo dos documentos referentes à Educação Ambiental. Por ser uma escola tradicional e com um longo currículo de serviços prestados à sociedade uberabense, a mesma faz parte da Rede Municipal de Ensino de Uberaba-MG, portanto é pública, localizada em um bairro da cidade considerado populoso, onde boa parte da população que o compõe é de classe média, com uma localização privilegiada próximo ao centro da cidade de Uberaba, de fácil acesso para os mais variados tipos de clientela que são

atendidos por ela. Mediante autorização da gestão escolar, denominaremos a escola com um nome fictício de “**Escola Y**”, para que não seja exposto a verdadeira identidade do espaço escolar investigado.

No **Capítulo 3**, discutimos as informações coletadas na investigação, elencando alguns aspectos do Projeto Político Pedagógico da escola e outros. Tendo em vista que um estudo de caso tem seus limites, inclusive pouco poder de generalização de suas conclusões e levando em consideração que alguns documentos não foram disponibilizados por parte da equipe gestora da escola para que se pudesse xerocopiar ou mesmo anexá-los na presente dissertação, em vez de correlações, a ênfase aos dados colhidos, assim como à política educacional sobre a Educação Ambiental, partiu da racionalidade instruída por meio do estudo bibliográfico. Para isso, utilizaram-se documentos disponibilizados pela escola.

CAPÍTULO 1

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

1.1 - Noções Gerais

O presente capítulo objetiva apresentar um estudo teórico sobre as políticas públicas, seu conceito, suas especificidades e a sua relação quanto as questões ambientais e a responsabilidade do Estado no sentido de preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.

Sabe-se que é dever do Estado programar Políticas Públicas, de forma eficaz na defesa do meio ambiente evitando sua degradação. Além disso, defende a importância da participação da escola tendo como parâmetro a Educação Ambiental, que a partir deste capítulo será descrita como EA.

Antes de adentrarmos de fato nas políticas públicas relativas ao meio ambiente, é de suma importância conhecer o que vem a ser de fato o termo “política pública”, inicialmente utilizado na academia como “política” (LASSWELL, *apud* THEODOULOU, 2013), designa uma área importante de estudos na sociedade contemporânea. Um estudo aplicado, à medida que envolve epistemologicamente outras ciências básicas, tais como a sociologia, a economia, a política e mesmo alguma ciência aplicada, tais como a gestão e o orçamento.

A política pública encontra dificuldades para se consolidar nas sociedades contemporâneas por lidar com várias matrizes de conhecimento. Também sofre do infortúnio, apontado por Popper (1984), como a grande distância entre política e observador que não permite uma observação mais precisa deste objeto por parte deste observador. Por ter sua lente ampliada e apontada para objetos vistos a partir de alargada imagem, a política pública corre o risco de não identificar detalhes e de não dar consistência às suas ações: os projetos sociais do governo, utilizando-se de recursos públicos, a favor da sociedade.

Harold Dwight Lasswell, considerado um dos criadores da teoria moderna de comunicação de massa, muito fez para as políticas públicas, à medida que apontou sua interdisciplinaridade e teve seu modelo de comunicação associado ao processo da política pública. Embora pertencesse à área da psicologia e comunicação, preocupava-se com a destinação dos recursos públicos no governo, desde o municipal, estadual e federal. Ele fazia as seguintes perguntas sobre os projetos, cujos recursos eram públicos: **quem fez, fez o que,**

onde fez, para quem fez e produziu quais efeitos? Ou, em outros termos, qual governo fez? O que fez? Onde fez? Para quem fez? Quais efeitos produziu? Essa sequência de questões, apresentadas à teoria da comunicação, adaptada à análise da política pública, tornou-se rota sagrada na política pública, como demonstra o Quadro 1:

Questão	Elemento	Análise
Quem?	Comunicador	Controle e análise
Diz o quê?	Mensagem	Conteúdo e análise
Em qual canal?	Mídia	Análise da mídia
Para quem?	Audiência	Audiência e análise
Com qual efeito?	Efeito	Efeitos da análise

Quadro 1: Critérios para análise da política pública

Fonte: Lasswell (1948, p. 117).

Estes critérios, em sua natureza social, avaliam as propostas executadas pelo governo, mediante recursos públicos. Neste caso, a política pública pode ser definida, como o faz Theodoulou (2013):

(...) política pública é um conceito bastante complexo. Entretanto, se vista de uma maneira mais simplificada, ela se refere a todas as ações do governo, ou mesmo sua falta de ação, ambas destinadas a servir a um fim político pretendido pelo governo. (THEODOULOU, 2013, p. 3).

Para Rawls (2002) a política pública deve ser analisada levando em conta a justiça como a mais social das virtudes, à medida que ela (a política), mesmo não conseguindo igualar os desiguais, aqueles que têm e aqueles que não têm, minimiza ou diminui a distância que os separa. Essa justiça equitativa pode ser perseguida pelas políticas públicas.

Sem que percebam, os cidadãos vivem envoltos pelas políticas públicas governamentais, desde a saúde, educação, transporte, segurança, indústria, seguridade, aposentadoria, entre outras.

O valor da política pública, na proporção justa, responde pelo sucesso de seus resultados. Habermas (2004) diz que a validade da lei é um aspecto importante de sua força na vida social. Sem o envolvimento da sociedade, as políticas públicas correm o risco de resultarem em nada ou em quase nada.

Nessa sequência de busca de fundamentação para a área teórica da política pública, “Charles Lindblom deu alguns passos à frente, focando as ações do governo, enquanto proponente de projetos que envolviam recursos públicos” (THEODOULOU, 2013, p. 2). A identificação de uma área carente na sociedade, o cálculo dos recursos disponíveis, os benefícios produzidos pela execução do projeto, a execução e acompanhamento do projeto e a avaliação do projeto e seus efeitos tornaram-se fases, a serem observadas. Essas fases tornaram-se importantes para os projetos que envolviam recursos públicos. Embora não seja unânime a tipologia seguinte, a política pública pode ser classificada segundo os seguintes perfis: a distributiva, a redistributiva e a regulatória. Para a primeira, pode-se lembrar da gratuidade da educação básica em obediência à determinação da Constituição Federal de 1988; para a segunda, o Programa Universidade para Todos - PROUNI; para a terceira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96. As distributivas e redistributivas partem geralmente do executivo, enquanto as regulatórias podem envolver também o poder legislativo. Em relação ao meio ambiente, iniciou-se a preocupação com a proteção ambiental. Essa necessidade iniciou com a evolução da sociedade, quando o homem começou com a degradação do meio ambiente, contaminando-o com resíduos nucleares, disposição de lixo químicos, domésticos, industriais, hospitalares de forma inadequada, pelas queimadas, pelo desperdício dos recursos naturais não renováveis, pelo efeito estufa, pelo desmatamento indiscriminado, pela contaminação dos rios, pela degradação do solo através da mineração, pela utilização de agrotóxicos, pela má distribuição de renda, pela acelerada industrialização, pelo crescimento sem planejamento das cidades, pela caça e pela pesca predatória. (ALVES, 2003).

Concomitante a isso, suscitou-se a necessidade de políticas públicas de meio ambiente. Essa nova postura marcou os anos 70 quando a Organização das Nações Unidas – ONU organizou em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano. A partir dessa Conferência, com a elaboração da declaração de princípios (Declaração de Estocolmo), os problemas ambientais receberam tratamentos diferenciados, tendo repercussão no Brasil. (ANTUNES, 2004).

Antunes (2004) diz que em nosso país, em 1981, sancionou-se a Lei 6.938/81, conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que reconhece juridicamente o meio ambiente como um direito próprio e autônomo. Esta Política estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para a proteção ambiental, dentre eles a Educação Ambiental.

1.2 - Educação Ambiental

Nos tempos atuais, é imprescindível que a educação de forma interdisciplinar aborde as políticas públicas de meio ambiente para que os alunos conheçam e valorizem as leis da natureza e acima de tudo aprendam a cuidar dos nossos recursos naturais promovendo o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, o século XXI precisa ser o século da educação, e um entre os vários paradigmas dessa educação é a capacidade de pensar, não bastando obter apenas uma boa aprendizagem de conteúdo ou de informações. É fundamental alcançar uma educação que promova a capacidade de reflexão e de olhar o mundo por múltiplos prismas, fazendo com que cada indivíduo contribua para o progresso da sociedade em que vive e que tenha uma participação responsável, como cidadão ético e moral que deve ser.

Segundo Delors (2006, p. 89): “[...] A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”.

Percebe-se a importância da educação neste novo milênio no sentido de buscar desenvolver cidadãos com habilidades e competências para saber resolver problemas concretos, tomar decisões fundamentais, responsáveis e conscientes no sentido de construir alternativas para uma cidadania globalizada, na qual as necessidades das gerações presentes não sacrifiquem a qualidade de vida das gerações futuras, nem comprometam a sustentabilidade planetária.

Para tanto, a EA pode ser considerada um dos novos desafios pedagógicos na sociedade contemporânea. Informar o educando sobre o meio ambiente e formar no mesmo educando atitudes e condutas que visem preservar e conservar o meio ambiente, entendido como os fatores bióticos, abióticos e culturais (DIAS, 2008), transformaram-se em tarefas urgentes da pedagogia moderna, ou mais precisamente, condições indispensáveis para a preservação da vida no planeta Terra.

Com o progresso desvairado atual e com a utilização equivocada das tecnologias, o meio ambiente parece estar ferido pelas pegadas humanas no planeta. E fora dele, tudo indica, não há outras possibilidades biossociais imediatas.

Como parte desse novo desafio, o Meio Ambiente transformou-se em um tema obrigatório na educação com a publicação da Lei 9.795 de 1999. As forças que impulsionaram os legisladores a produzir esse importante texto jurídico não vieram, necessariamente, dos meios pedagógicos e acadêmicos, mas do impacto dos sinistros ecológicos produzidos por eventos, tais como: Minamata (Japão), Bhopal (Índia) e Chernobyl

(ex-URSS), e ainda os efeitos das conferências da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP: Estocolmo (1972), Belgrado (1975) e Tbilisi, Geórgia, (1977). No geral, o Meio Ambiente ainda não é uma preocupação consistente na Educação Brasileira, cujas vistas estão voltadas mais para as questões filosóficas, sociais, políticas e didáticas.

As pegadas ecológicas *per capita*¹ mostram que o planeta está fornecendo aos humanos 20% acima de sua capacidade de provedor. “A água potável, a energia não renovável e o solo agriculturável não resistirão às demandas das próximas décadas” (MILLER, 2007, p. 9). Pior que essa sobrecarga imposta ao planeta é o impacto dos dejetos, lançados no meio ambiente.

A cada ano da década de 1980 foram emitidas 5,4 giga toneladas de carbono na atmosfera (1 Gt = 1×10^9 t = 10^{12} kg, a massa de 1 km³ de água), proveniente de combustíveis fósseis, e mais 1,7 giga tonelada proveniente de queimadas de florestas. Desse total, 3,8 giga toneladas não foram reabsorvidas pelo meio verde e vivo do planeta. Sobre o déficit restante não se tem explicação de seu paradeiro (PRESS *et al.*, 2006, p. 598). (MILLER, 2007, p. 9).

Pode-se assim perguntar se com uma taxa exponencial de 1,2% de crescimento populacional ao ano, isto é, de 78 milhões de pessoas/ano, a vida tem futuro na face diferenciada e amena, mas estressado planeta do sistema solar?

Mais recentemente, Nobre (2014) mostrou que a devastação da Amazônia produz efeitos nocivos sobre o regime de chuvas na região Centro-Oeste e Sudeste do Brasil, pois a floresta lança na atmosfera importante volume de vapor e umidade, responsáveis pela formação de nuvens, as quais são transportadas pelos ventos para essas regiões do Brasil. Atualmente, lagos, rios, córregos e nascentes da região central do país estão quase vazios. Os efeitos do desmatamento desenfreado são evidentes, como se pode ver no gráfico 1, mas a sociedade persiste em não admitir seus erros ambientais.

¹ Pegadas ecológicas: É o impacto, rastros ou as consequências deixadas pelas atividades humanas (comércio, indústria, agricultura, transportes, consumo) no meio ambiente. A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam determinados estilos de vida. Em outras palavras, a Pegada Ecológica é uma forma de traduzir, em hectares (ha), a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade “utiliza”, em média, para se sustentar. Disponível em: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira. Acesso em 10 jan. 2016.

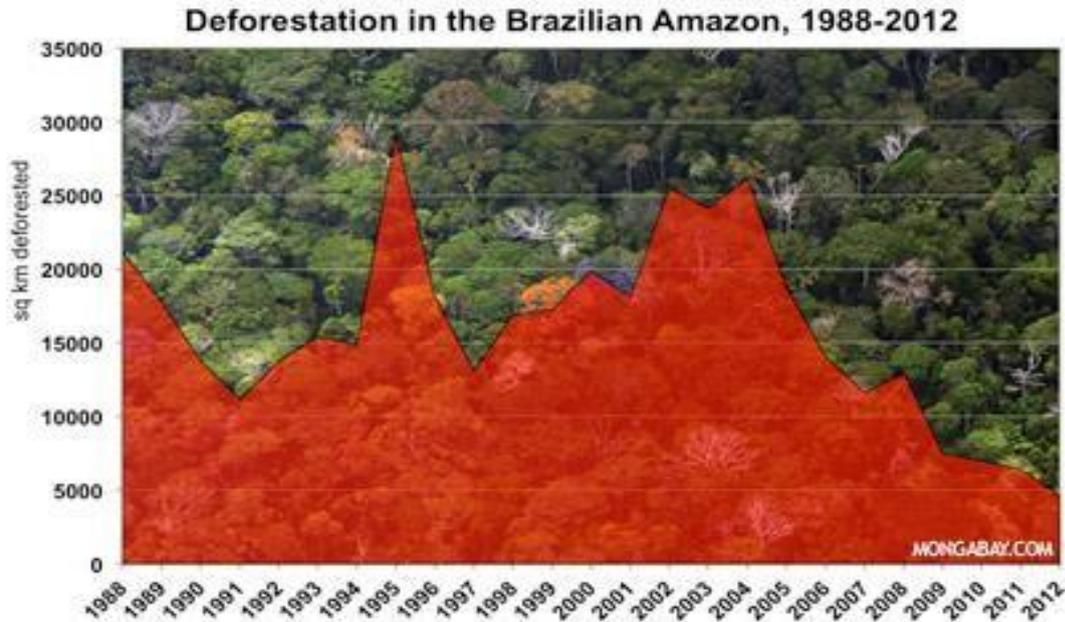


Gráfico 1: Efeitos do desmatamento desenfreado.

Fonte: Nobre (2014) <http://news.mongabay.com/>.

Segundo Nobre (2014), 42 bilhões de árvores já foram cortadas na Floresta Amazônica, o que representa um dano irreparável. Apesar da Lei 9.795/99, sem circunlóquios, dizer que o Meio Ambiente deve ser visto como uma questão de valor social, pois não se trata apenas de uma área epistêmica de natureza empírica, seu efeito tem sido inócuo. A conservação e preservação do meio ambiente dependem dos valores e da conduta dos cidadãos. Os valores, por sua vez, não parecem derivar somente do “*cogito, ergo sum*” – penso, logo existo – mas talvez também do “*sentio, ergo apprehendo*” – sinto, logo aprendo – (IMMORDINO-YANG e DAMÁSIO, 2007, p. 1).

A razão, se isolada das emoções, não firma compromissos que impliquem em valorações. Derrubam-se árvores para desobstruir o solo e, assim, poder plantar e colher alimentos. Um agricultor com uma motosserra nas mãos era a propaganda do desbravador da natureza e sinônimo do desenvolvimento. Hoje, ao contrário, ele seria um criminoso, a ser apenado, por destruir o meio ambiente. Os valores, derivados da vida social e ligados às emoções, cabem nos dois esquemas: derrubar ou preservar a floresta.

Nesse contexto, é importante citar os estudos de Squire e Kandell (2003) sobre as emoções. Segundo eles, a parte mais primitiva do cérebro, a hipocampal, incumbe-se de controlar o funcionamento do organismo. Controle de temperatura, fome, sede, batimento cardíaco, pressão sanguínea, entre outros, estão a cargo dessa região do cérebro. Bem no meio dessa região do encéfalo, está a amígdala, um conjunto de neurônios especializados no controle das emoções. Fundamental no estabelecimento de valores e consolidação de condutas, a

amígdala regula as emoções e as condutas humanas.

Associado às emoções, o pensamento lógico não poderia assumir sozinho os juízos referentes à justiça, aos valores e sobre as condutas. A razão está estruturada no mesmo cérebro que sistematiza as emoções, os instintos e os controles de funções orgânicas. Assim como os pulmões, traqueia, garganta, fossas nasais, boca, língua, dentes e lábios, cujas funções primitivas não eram do âmbito da fala, mas hoje permitem o exercício da linguagem, também o cérebro desenvolveu a racionalidade, mas nas suas raízes estão as emoções, o controle das funções orgânicas e os instintos primitivos.

Enquanto um falante profere palavras, seus pulmões atendem às necessidades de respiração, assim como fornecem ar para a vibração das cordas vocais, necessárias para a produção dos fonemas sonoros, v.g., as vogais da língua. A natureza, nesse caso, em seu desenvolvimento foi capaz de sobrepor um nível biológico sobre outro, como respostas ao desenvolvimento social. No caso do desenvolvimento da razão como um nível acima das emoções e dos instintos, parece ficar claro que a lógica da racionalidade não é absoluta e intocável. Quando os interesses são pessoais, observa-se que as pessoas fogem da pauta e mudam seus argumentos. Nesse caso, a razão não resiste ao chamado mais primitivo do sistema emotivo e instintivo. Sobreviver é um comando mais forte que ser justo ou mesmo ser razoável.

No sentido de demonstrar a correlação entre cognição (racionalidade) e emoção, sugere-se a Figura 1. Nela está representada a natureza, no *design* biológico da mente, indicando que a emoção é mais primitiva, por estar ligada aos próprios processos de sobrevivência individual e coletiva. Por exemplo, o medo e a agressão são duas atitudes que implicam em fugir ou enfrentar, experiências comuns da sobrevivência no meio ambiental.



Figura 1: Influência mútua do pensamento emocional e racional.

Fonte: Immordino-Yang e Damásio (2007 p. 8).

Damásio (2004) mostra que o cérebro integra emoção e razão, de tal modo que as duas faces da mesma moeda, no pensamento, estejam sempre entrelaçadas. A razão é função cognitiva, combinada com a função emotiva. Assim como os órgãos da fala – lábios, dentes, palato, língua, úvula, traqueia, cordas vocais, pulmões têm funções anteriores à da fala, assim o cérebro controla as funções vitais do organismo e suas relações com o meio ambiente.

A formação e o desenvolvimento de valores sociais no meio escolar requerem uma ação pedagógica continuada, capaz de sensibilizar não só o sistema cognitivo humano, mas especialmente o sistema emotivo humano. Os conhecimentos, consolidados e assegurados na memória de longo prazo (MLP), resultam também da relevância do envolvimento emocional do sujeito-aprendiz. Em outros termos, aprende-se aquilo para o que se está motivado e interessado; mais ainda, por um período de média e longa duração.

A Educação Ambiental não alcança seus objetivos, se for realizada por meio de atividades pedagógicas isoladas, mas por meio de um currículo com formato transversal valorizando a formação de valores e de condutas adequadas para a conservação e a preservação do meio ambiente.

1.3 - A Lei 9795/99 e os Temas Transversais

A Lei nº 9.795/1999, Lei da Educação Ambiental, foi promulgada em 27 de abril de 1999 e traz, em linhas gerais, a maneira como a Educação Ambiental deve ser trabalhada no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano).

O art. 1º da referida Lei define expressamente o conceito de Educação Ambiental como prática que condiz não apenas com o ensino formal, mas com um emaranhado de processos que leva os indivíduos a conservar o meio ambiente. (BRASIL, 1999).

Ainda na mesma Lei de Educação Ambiental em seu Art. 9º e 10º fica claro que:

Art. 9. Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas englobando: educação básica, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação superior, educação especial, educação profissional e de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. (BRASIL, 1999).

Partindo desse entendimento, ressalta-se também o art. 3º da Lei da Educação Ambiental, embasado nas disposições do art. 225 da Constituição Federal de 1988, deixando expresso que é dever do poder público e de toda sociedade a promoção da Educação Ambiental:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à Educação Ambiental, incumbindo:

I – ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

II – às instituições educativas, promover a Educação Ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

III – aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, promover ações de Educação Ambientais integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente;

IV – aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação;

V – às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente;

VI – à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, o art. 3º vem reafirmar o já expresso pela Constituição Federal de 1988, e reitera o compromisso de todos para que se conheça e preserve o ambiente e isso somente acontecerá com práticas pedagógicas mais efetivas com base na alínea I do art. 4º, ou seja, por meio de um trabalho com “ênfase humanista, holístico, democrático e participativo”.

Porém, antes de compreender a questão pautada na Educação Ambiental, é preciso entender de forma clara o que vem a ser a chamada interdisciplinaridade e a transversalidade. Atualmente, temos no campo educacional múltiplos temas bem presentes no cotidiano escolar; interdisciplinaridade e transversalidade, porém pouco conhecidos em sua íntegra por todos os profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Segundo Fazenda (2011):

Interdisciplinaridade é um termo utilizado para caracterizar a colaboração existente entre disciplinas diversas ou setores heterogêneos de uma mesma ciência (exemplo: Psicologia e seus diferentes setores: personalidade, desenvolvimento social etc.) Caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando a um enriquecimento mútuo. (FAZENDA, 2011, p. 73).

A interdisciplinaridade não pode e nem deve ser entendida como uma ciência que surgiu para unificar o ensino ou encontrar respostas para as perguntas existentes no campo educacional dos problemas enfrentados de maneira geral pelo ensino e pela pesquisa acerca do conhecimento científico.

A interdisciplinaridade surge como uma pretensão de permitir aos alunos um melhor desenvolvimento de suas atividades, proporcionar que os mesmos sejam capazes de aprender

a aprender, aprender a fazer e que consigam se situar no mundo de hoje de forma crítica e que de certa forma que sejam capazes de identificar o que os cercam e os agridem economicamente, politicamente e socialmente (FAZENDA, 2011).

Ela pode-se dizer, é uma questão mais recente, surgida com as ciências modernas. A mesma envolve problemas de concepção de ciência, de método científico, de tecnologia e de função econômica e política da ciência. Entre as ciências da natureza e as ciências humanas, perdura um abismo quase intransponível. Para os positivistas, a ciência é laboratorial e positiva. Seria científico somente aquilo que pudesse ser medido, controlado e manipulado.

Para as chamadas ciências humanas, os critérios de cientificidade estariam alicerçados em outras bases. Como não existe conhecimento absoluto, isto é, todo conhecimento é apenas uma perspectiva da realidade, a qual, enquanto totalidade seria inalcançável, nesse caso, tanto o conhecimento objetivo e empírico quanto o conhecimento fenomênico da subjetividade, seriam parciais. Não existiria assim um canto na verdade, para quem quer que fosse. Todas as ciências seriam perspectivas da realidade total.

O grande desafio atual é acreditar nas ciências humanas e não desacreditar o poder tecnológico das ciências empíricas. Como negar a força e a utilidade da INTERNET ou descartar a urgência da ética em todas as relações sociais? Sem a rede de informação, a sociedade perderia muito de suas conquistas, mas também sem ética as relações sociais voltariam ao nível da barbárie e da força bruta.

A ciência entendida apenas como técnica mensurada e controlada reduz a possibilidade de uma sociedade mais justa, na qual os valores e as condutas tenham força social. O direito, vale lembrar, tem procurado ocupar essa clareira deixada pelo apequenamento das ciências humanas, mas muito cedo ele se esqueceu da justiça, envolvendo-se sobretudo com a legalidade na vida jurídica (HABERMAS, 2004).

A multidisciplinaridade é uma fase vencida no mundo das ciências e a interdisciplinaridade ainda está a meio caminho. Na sociedade, os louros pertencem às ciências da natureza e a coroa de espinhos pertence às ciências humanas. A transversalidade, pretendida por aqueles que propõem as políticas educacionais, enfrenta esse dilema: dar a devida importância às ciências da natureza e não menor valor às ciências humanas.

A transversalidade requer multidisciplinaridade e esta não é uma alameda a ser percorrida sem percalços maiores, pela vastidão dos conhecimentos que envolve. Já em seu tempo, Aristóteles de Estagira (384-322 a. C.) ensaiava fazer uma aproximação de várias áreas de conhecimentos ou ciências antigas. Ele, um filósofo, era também biólogo, tendo dissecado 540 animais, para estudar suas estruturas orgânicas. O conjunto da obra aristotélica

compreende física, química, lógica, psicologia, ética, estética, política, ontologia, retórica, todas, naturalmente nos limites da ciência de seu tempo. Na verdade, não havia ainda a química, mas Aristóteles investigava a composição dos elementos que compunham os corpos: a terra, a água, o fogo e o ar.

Nesse período, a multidisciplinaridade era menos trabalhosa, pois as ciências, tendo como fundamento único, a filosofia, estavam mais próximas umas das outras. Na realidade, as ciências, como entendidas hoje, não existiam ainda, exceto a matemática, a geometria e a física. A filosofia mesma era algo mais parecido com a sabedoria e com a disciplina do pensamento.

Aristóteles escreveu 47 obras (BARNES, 2009), mantendo um tronco comum a todas as disciplinas: a filosofia, especialmente a lógica. A multidisciplinaridade tinha a vantagem de contar com um único cérebro que mantinha entre elas as aproximações necessárias, tanto teóricas, como metodológicas ou epistemológicas.

Da antiguidade para os dias de hoje, para que possamos nos situar no espaço que estamos inseridos, de compreender e até mesmo criticar as imensuráveis informações apresentadas no nosso cotidiano, só será possível se, ao formar o aluno, conseguirmos romper as barreiras existentes entre as diversas disciplinas. Diante do exposto, para que haja um encontro da mesma ideia, é de suma importância que tanto o educador como o educando possam dialogar e sejam participantes das mesmas situações reais, nesse momento, percebe-se que a interdisciplinaridade seria o melhor momento para que esse diálogo pudesse ocorrer.

Fazenda (2011) deixa claro que:

A abertura provocada por esse diálogo entre as disciplinas só poderá ocorrer sob uma atitude interdisciplinar. A soma de opiniões isoladas, ou a justaposição que a multidisciplinaridade acarreta, levaria ao encapsulamento e a manutenção do *status quo*. (FAZENDA, 2011, p. 76).

Por meio do diálogo entre as disciplinas, é notório que a diversidade das mesmas faz-se necessário, sobretudo para possibilitar abertura de novos conhecimentos e novas descobertas. A interdisciplinaridade pode ser considerada como um fator de interesse que possa levar a despertar a curiosidade constante de modo geral diante dos problemas vividos.

Pautada nos princípios da interdisciplinaridade, a transversalidade surge também no campo educacional e pode ser entendida como uma possibilidade de se instituir na prática educativa uma aproximação entre o que aprender sobre a realidade na qual está inserido. Pode ser considerada como um dos princípios da transversalidade a busca incessante de ir além das disciplinas escolares de forma que esta busque uma comunicação mais efetiva entre

elas.

É importante deixar claro que a interdisciplinaridade proporciona uma melhoria na integração curricular e de certa forma os principais interesses de cada disciplina são mantidos sem nenhuma mudança brusca, ou seja, ela tem o papel de manter o que já está programado pelo professor a ser ensinado para seus alunos, ela irá só permitir um diálogo maior entre elas. Já a transversalidade busca ir além da concepção de cada disciplina, ou seja, ela vai buscar uma intercomunicação entre elas, proporcionando um melhor entendimento dos temas tratados. (FAZENDA, 2011).

Para que a transdisciplinaridade adquira realmente sentido, os temas transversais surgem como campos importantes para que a interdisciplinaridade em suma concordância com as diversas áreas do conhecimento, possam proporcionar o estímulo à criatividade de forma que os conteúdos já programados sejam vinculados aos contextos a serem trabalhados.

O trabalho pedagógico com os Temas Transversais envolve um aprender mais significativo sobre a realidade, proporcionado aos alunos um poder maior de criticidade, fazendo com que os mesmos possam de certa forma intervir nos fatores atuais e de certa forma transformá-los para uma maior compreensão.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997):

A transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática [...] à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação de se aprender conhecimentos teoricamente sistematizados – aprender sobre a realidade – e as questões da vida real e de sua transformação – aprender na realidade e da realidade. (BRASIL, 1997, p. 30).

A escola, vista por esse enfoque, deve possuir uma visão mais ampla, acabando com a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar. A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos, que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar.

Trabalhar interdisciplinar e transversalmente é permitir com que o aluno aprenda os conteúdos de forma contextualizada, entendendo a problemática social e as possíveis possibilidades de resolução das mesmas. Partindo dessa importância, é preciso adentrar na problemática da interdisciplinaridade e da transversalidade da EA nas escolas. Quanto a isso, a Lei 9.795/99 deixa expresso no art. 10 que: “A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal²”. (BRASIL, 1999).

Como o próprio artigo diz a EA não possui a obrigatoriedade de ser uma disciplina

curricular, mas precisa ser trabalhada no ambiente escolar como uma prática educativa contínua que permita ser entendida e vivenciada por todos os alunos cotidianamente, para que de fato haja uma mudança de postura e comportamento frente às questões ambientais.

Segundo Séguin (2000, p. 67), “Apesar das louváveis iniciativas de vários segmentos da sociedade para implementar a Educação Ambiental nos diversos níveis escolares, ainda não teve o retorno que merece”. A autora reconhece a precariedade da EA nas escolas e sugere que esta questão seja tratada como Tema Transversal e não como disciplina autônoma. Sendo assim, ela entende que de certa forma os professores poderiam simultaneamente passar informações ecológicas aos alunos nas aulas de História, Geografia e Português, por exemplo. Colaborando com esse pensamento, a Lei 9.795/99 depreende claramente a importância do meio ambiente e sua contínua contextualização nos planos da educação formal e não formal³.

Em que pese a não efetividade da EA nas escolas, é necessário que os problemas relacionados à esta sejam trazidos à tona, com destaque para a transversalidade como um dos requisitos imprescindíveis, pois, enquanto a classe docente não conseguir perceber a abrangência e importância do meio ambiente, discutindo isso com os alunos, não haverá como se falar de um efetivo processo de conscientização e, sobretudo de formação cultural e intelectual.

Destaca-se, neste contexto, que o tema transversal Meio Ambiente deve estar diretamente ligado à realidade de toda a comunidade escolar, para que o envolvimento seja satisfatório, uma vez que o trabalho com a questão ambiental hoje, dentro do espaço escolar deve contribuir mais acentuadamente para a formação de valores que levem à preservação do meio ambiente.

Permeada pelos fundamentos expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), a EA é abordada, levando em consideração a situação do planeta e dos seres humanos no início do século XXI, já que a realidade atual é bem diferente do início do século passado. As atitudes de desrespeito ao meio ambiente já estão sendo refletidas em desastres, problemas ambientais, alterações climáticas, etc.

² A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos Ministérios da Educação.

³ A educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem. Disponível em: http://www.vdl.ufc.br/solar/aula_link/lquim/A_a_H/estrutura_pol_gest_educacional. Acesso em 13 jan. 2016.

De acordo com Penna (1999, p. 59), “A questão das alterações do clima terrestre, consequência do efeito estufa, é considerada, pela maioria dos especialistas, o mais sério entre os problemas ambientais”. Essas questões são temas discutidos no ambiente escolar e cabe a este segmento decidir se segue o caminho estritamente conservacionista ou uma educação para o pensamento crítico que leve o aluno a ampliar a compreensão do problema.

Enfim, a EA é um ponto de partida para a mudança de pensamento, pois enquanto formadora de opiniões a educação tem o papel essencial de formar cidadãos críticos. Ao deixar de reproduzir, ela passa a despertar a necessidade de repensar atitudes pessoais que têm influência no meio ambiente coletivo. Somente a partir de vivências reais e cotidianas é que poderá ocorrer mudança de valores.

Diante desse estudo, é importante destacar o valor dos Parâmetros Curriculares Nacionais, quando coloca alguns objetivos voltados ao meio ambiente que são necessários e fundamentais na aprendizagem dos alunos, de forma que essa seja significativa e social, ou seja, que ele possa não somente assimilar conceitos, mas conseguir trazê-los para sua realidade e interferir de alguma forma para sua mudança.

A mudança de atitudes em relação ao meio ambiente está expressa na temática Meio Ambiente nos temas transversais. Por isso, a EA deve contemplar todas as áreas do conhecimento, reafirmando a necessidade de trabalhar os conteúdos de maneira interligada, tanto entre as matérias como entre os contextos históricos e sociais no quais as escolas estão inseridas.

Na perspectiva ambiental, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental apresentam também algumas observações em relação a orientação ao educador, dando ênfase à EA, para que este possa transmitir conhecimentos de forma contextualizada ao educando e à comunidade. Nesse sentido, as questões relacionadas ao meio ambiente têm sido cada vez mais frequentes, por isso, “é importante que o professor trabalhe com o objetivo de desenvolver, nos alunos, uma postura crítica diante da realidade, de informações e valores veiculados pela mídia e daqueles trazidos de casa” (BRASIL, 1997, p. 25).

Portanto, todo esse conhecimento trazido deve ser incluído nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois universos, no reconhecimento dos valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 1997).

Dessa forma, os Parâmetros Curriculares Nacionais são considerados referenciais no desenvolvimento das atividades docentes, nas quais é proposta uma educação direcionada, especialmente, para a cidadania. Construir a cidadania por meio dos conhecimentos escolares

requer o compromisso do profissional do ensino, baseado em uma prática pedagógica que compreenda a realidade na qual os alunos estão inseridos e que destaque os direitos e deveres em relação à vida pessoal, coletiva e, principalmente, ambiental, destes alunos.

Para que essa cidadania seja pautada em princípios básicos também é importante considerar os Temas Transversais como a ética e a pluralidade cultural. Isso significa incorporar estes temas nas diversas áreas do conhecimento, já que se trata de princípios relevantes para a aprendizagem escolar em relação ao meio ambiente.

Cabe à educação, decidir se segue o caminho estritamente conservacionista ou uma educação para o pensamento crítico que leve o aluno ampliar a compreensão do problema. A educação que não é adestramento tem o comprometimento de não ser apenas reflexo da sociedade, e que desperte nos indivíduos a necessidade de mudança e o comprometimento ético com o meio ambiente.

Destaca-se a Constituição Federal de 1988, nos artigos 1º e 2º quando dizem claramente do que deveria constar a EA:

Art. 1º – Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade;
 Art. 2º – A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1988).

A leitura desses dois artigos chama a atenção para alguns termos neles encrustados. A proposição constrói valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências pode passar despercebida, mas ela é fundamental, pois implica profundamente em aspectos importantes da educação. A educação escolar, como já dito anteriormente, pode-se dizer que requer a aquisição de conhecimentos e a capacidade de transferi-los para situações concretas do mundo. Mais ainda, requer o esclarecimento de/ou dos valores, adquiridos em etapas anteriores. Valores e condutas são formados especialmente no período da educação não-escolar. Nesse contexto, o meio familiar é decisivo, embora não seja assim percebido pelo senso comum.

No artigo seguinte da Lei, o texto faz crer que a EA seja um componente natural e incontestável da educação geral. Entretanto, sabe-se que a temática do meio ambiente e da sustentabilidade está longe do campo de visão das pessoas e mesmo da escola. A educação parece olhar para o futuro, porém mirando através do espelho retrovisor, com sua retrospectiva do passado. Nesse sentido, pode-se dizer que a educação seja um olhar no passado, como se ele fosse o futuro. Como a EA é uma temática nova, ela ainda não se encontra na imagem do

retrovisor da educação geral. Por essa razão, a ela ainda não é reservada parte da vida da sociedade de hoje. A EA poderá até vir a ser um tema relevante, mas, no momento, ela continua longe das preocupações da educação.

Assim, por lidar com a preservação do meio ambiente, a EA tem em seu escopo a formação de valores e a consolidação de condutas que permitam e estimulem a conservação da natureza. Valores e condutas foram temas obrigatórios da formação religiosa na sociedade teocêntrica (medieval). Na sociedade antropocêntrica (moderna), entretanto, valores e condutas perderam força e na atualidade, mais ainda, pois a secularização⁴ enfraqueceu a formação de valores e condutas sociais. (KOHLBERG, 1977).

Nas três últimas décadas do século passado, influenciado por Jean Piaget, Lawrence Kohlberg propôs a teoria do desenvolvimento moral, segundo a qual a aquisição e o desenvolvimento de valores passam por etapas, tal como acontece com o funcionamento cognitivo. Etapas são percorridas e seu progresso acontece no tempo linear, seguindo direção única (KOHLBERG, 1977).

Considerando ser plausível que a sociedade moderna tenha se abdicado da ética e entregue ao direito a função que a ela pertencia, Habermas (2004) afirma que o abandono da ética seja compreensível, pois ela não julga, apenas encarcera. Ao direito, entretanto, não interessa a questão dos valores e das condutas, senão que estão fora da lei e, portanto, sujeitas a penas previstas na lei.

Para Kohlberg (1977, p. 54), “o desenvolvimento moral simplesmente não representa um aumento de valores culturais que impliquem em relativismo ético”. Em vez disso, ele representa as transformações que ocorrem nas estruturas de pensamento das pessoas. No seu desenvolvimento moral, a pessoa passa por diferentes fases, a saber: pelo estágio pré-convencional, convencional e pós-convencional. No primeiro deles, o sujeito faz o mundo social girar ao seu redor e, seu interesse está acima de tudo. No segundo, o império da lei torna-se parâmetro e convenção para todas as coisas. No último, o sujeito é capaz de ultrapassar mesmo a lei, se ela apresentar limitações que firam a justiça.

Se assim for entendida a questão da formação dos valores e da consolidação das condutas, pode-se pensar que os valores estejam sujeitos a uma dinâmica própria, passando por fases diferenciadas. Se eles começam na educação familiar, eles continuam sujeitos a mudanças, ainda que parciais no tempo posterior.

⁴Entende-se por secularização movimento de dessacralização da fé e dos rituais sagrados da igreja, seja ela de uma seita ou de outra. O mundo secularizado racionaliza a fé e esvazia os mistérios antes considerados impensáveis. (KOHLBERG, 1977).

Nesse sentido, à escola caberia o papel de reordenar valores e condutas na convivência escolar. Valores podem ser esclarecidos, alterados e mesmo abandonados, se forem objetos de conscientização. Com esse termo, entende-se o processo de tomada de tornar-se consciente, atento e preocupado com eles. Para que, de certa forma, haja uma mudança na postura e na conduta de valores, os educadores, de forma geral, precisam repensar e reinventar sua prática dentro do contexto escolar, levando em consideração o processo ensino-aprendizagem.

Cabe à escola executar, cumprir as políticas públicas, já que estas têm uma razão de ser, foram construídas a partir de uma necessidade da atualidade. E quanto à aprendizagem dos alunos, depende de vivências que incentivem a valorização do ambiente, como algo fundamental à saúde e ao bem-estar social.

Nesse contexto, o século XXI precisa ser o século da educação, e um entre os vários paradigmas dessa educação é a capacidade de pensar, não bastando obter apenas uma boa aprendizagem de conteúdos ou de informações. É de fundamental importância alcançar uma educação que promova a capacidade de reflexão e de olhar o mundo por múltiplos prismas, fazendo com que cada indivíduo contribua para o progresso da sociedade em que vive e que tenha uma participação responsável, como cidadão ético e moral que deve ser.

A necessidade de uma formação em EA urge e nos mostra que essa formação e conscientização são ações imprescindíveis na atualidade. Se realmente as políticas públicas em EA fossem aplicadas, talvez não estivéssemos vivendo uma grande devastação da natureza como vimos no município de Mariana, precisamente em Bento Rodrigues (MG). Pode-se nomear tamanho desastre ecológico e ambiental da história de Minas Gerais como um tsunami, formado por aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos além da água, um volume que segundo especialistas ambientais, equivale a quase 25 mil piscinas olímpicas.

Diante destas fragilidades ambientais, a relação homem/natureza está cada vez mais conturbada, todo o processo histórico já mostrou a sua ineficiência em resolver todos esses problemas que envolvem a natureza e seus recursos naturais.

É fato que estamos vivenciando uma crise ambiental que se instalou de certa forma em todo o planeta, onde essa crise é percebida pelo resultado exagerado crescente da população e sua utilização dos recursos do planeta, pelo consumo sem controle de todos esses recursos e principalmente pela degradação ambiental presente em nossos dias.

Percebe-se a importância da educação neste novo milênio no sentido de buscar desenvolver cidadãos com habilidades e competências para saber resolver problemas concretos, tomar decisões fundamentais, responsáveis e conscientes no sentido de construir alternativas

para uma cidadania globalizada, na qual as necessidades das gerações presentes não sacrifiquem a qualidade de vida das gerações futuras, nem comprometam a sustentabilidade planetária.

Neste caso, cabe à educação saber expressar a questão da cidadania que vem sendo expandida ou diminuída em decorrência do conjunto das lutas sociais, e neste contexto, é possível encontrar uma estreita relação com a expansão ou diminuição das políticas públicas de meio ambiente, tendo em vista que o reconhecimento de direitos de cidadania implica em uma correlação direta com a organização, a sistematização e a implementação das políticas públicas pelo Estado.

Assim, a compreensão da complexa relação entre as políticas públicas de meio ambiente e a escola é muito importante, pois como comenta Campos (2001),

[...] embora o Estado não seja condição suficiente para a emergência e consolidação de um determinado padrão de cidadania, somente a esfera pública tem se revelado, historicamente, capaz de reduzir os impactos competitivos do mercado (CAMPOS, 2001, p. 3).

No entanto, a escola é uma instituição que deveria participar diretamente da preocupação mundial, com a necessidade de proteção ambiental. Só que, para que a escola tenha condições de participar ativamente de todas essas questões, é preciso que os professores tenham uma formação efetiva e de qualidade que de certa forma lhes proporcionem as condições básicas e necessárias para lidar com todas essas temáticas. A não formação adequada dos mesmos para lidar com essas novas ferramentas, seria um complicador na interação do processo ensino- aprendizagem. Eles precisam conhecer de certa forma as mais variadas estratégias de ensino que possa de fato se concretizar e fazer a diferença em todo o ambiente escolar.

É função do governo criar programas que levem à formação efetiva e pedagógica do professor para que os mesmos sejam capazes de tratar os mais variados assuntos dentro do ambiente escolar. Alguns programas de capacitação foram criados, no entanto, a falta de disponibilidade dos profissionais em participar dos mesmos, em alguns casos a falta de recursos, a falta de eficiência dessa capacitação por não estar de acordo com a realidade vivenciada pelo professor em sala de aula, faz com que de fato não haja uma formação coerente com a realidade vivida nas escolas. A capacitação profissional, por meio do que chamamos de formação continuada, é um meio de conscientizar os professores da importância da EA no currículo escolar.

1.4 - Projeto Político Pedagógico

O projeto político pedagógico, ou PPP, como é chamado, é uma resposta à Lei 9394/96, art. 12, 13, 14 e 15. Segundo o Artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fica claro que:

Art. 12: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I. Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II. Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV. Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL, 1996).

Para tanto, toda escola deve elaborar seu projeto pedagógico. Com o passar dos anos, a questão da democracia tornou-se fundamental, e o PP tornou-se PPP. Hoje a questão da democracia está consolidada e a gestão transformou-se no grande problema, a ser resolvido.

A escola é controlada por leis e políticas educacionais, assim como por governos e seus projetos, nunca terá autonomia total, mas estará sempre sujeita a forças exteriores. Seu grau de liberdade ou autonomia existe, desde que entendido como uma autonomia circunstanciada.

Dessa forma, quando falamos em autonomia, estamos nos referindo a liberdade, interdependência. Para a escola liberdade se refere à autonomia e ao seu direito e capacidade de regulamentar ou gerir suas ações em todo o espaço escolar.

Segundo Veiga (2001),

(...) a autonomia é, pois, questão fundamental numa instituição educativa envolvendo quatro dimensões básicas, relacionadas e articuladas entre si: administrativa, jurídica, financeira e pedagógica. Essas dimensões implicam direitos e deveres e, principalmente, um alto grau de compromisso e responsabilidade de todos os segmentos da comunidade escolar. (VEIGA, 2001, p. 15-16).

Ao elaborar seu PPP, a escola precisa levar em conta sua autonomia como já dito anteriormente, fazendo valer-se cada uma delas: a autonomia administrativa refere-se na capacidade de elaborar e gerir de forma íntegra seus planos, programas e projetos. Já a jurídica pauta-se na possibilidade de a escola elaborar suas próprias normas e orientações escolares, como as formas de ingresso, os processos seletivos.

A autonomia financeira pode ser total ou até mesmo parcial e está relacionada com a administração de pessoal e de orçamento. A pedagógica é que consiste na liberdade de ensino e pesquisa e se relaciona com as suas concepções enquanto identidade, função social, sua clientela, a organização dos tempos e espaços, avaliação entre outros. Para tanto, além das dimensões apontadas por Veiga (2001, p. 22), “a autonomia também tem a dimensão de ser total, parcial ou nula”. Isso vai depender de que forma é regido na legislação do sistema educacional no qual a escola está inserida, pois a escola não é somente um espaço onde se reproduzem as relações sociais e os valores dominantes, mas um local capaz de propor inovações que podem produzir rupturas de práticas arcaicas.

Visando todos os apontamentos feitos por Veiga, a construção do PPP compõe-se normalmente de alguns elementos textuais indispensáveis, a saber: A – Uma apresentação e história da escola; B – O entorno da escola; C – Descrição de sua infraestrutura; D – Seu corpo docente; E – Seu corpo administrativo; F – Seu corpo de auxiliares técnicos; G – Seu corpo discente; H – O currículo; I – Metas perseguidas.

Percebe-se que para elaborar o PPP, a escola de certa forma precisa levar em consideração o trabalho desenvolvido no todo e acima de tudo o da participação em sala de aula considerando o contexto social em que está inserida. No mesmo documento, o currículo é a parte que mais deveria revelar aquilo que a escola realiza em termos de educação, inclusive a ambiental. À primeira vista, salta aos olhos aquilo que não seria de estranhar: não há disciplinas específicas engajadas com a EA, até mesmo porque a Lei 9795/99 em seu Artigo 10, institui que:

Art. 10. A Educação Ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.
§ 1º: A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino. (BRASIL, 1999).

No entanto, o currículo é um dos elementos norteadores do projeto político-pedagógico. É no projeto que detalhamos como se organiza o processo de produção do conhecimento na escola. Veiga (2001, p. 26) afirma que “O currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente”.

Veiga (2001) afirma ainda,

A escola deve buscar novas formas de organização curricular, estabelecer uma relação aberta entre os conhecimentos, integrá-los em torno de uma ideia, de um problema, de um desafio. Essa organização é chamada de currículo-integração e procura minimizar o isolamento e falta de coerência entre as distintas disciplinas curriculares e busca uni-las em uma visão mais transversal e interdisciplinar. (VEIGA, 2001, p. 27).

Uma organização curricular, pautada nos fins emancipatórios, implica inicialmente em desvelar, de certa forma, as visões sucintas da sociedade, entendidas como homogêneas, e de ser humano como alguém que está apto, a aceitar qualquer tipo de papel, voltado para a sua adaptação ao contexto em que está inserido.

É preciso entender que o currículo precisa se basear no diálogo e não somente na transferência do conhecimento na relação professor-aluno, que ele seja o alicerce para fortalecer o trabalho em equipe, a igualdade de oportunidades e acima de tudo, ampliar a fronteira do conhecimento. Ele precisa, de certa forma, ser o confronto de saberes. E é perante esse confronto de saberes que a EA deve ser encaixada como um tema transversal de suma importância no âmbito escolar.

CAPÍTULO 2

A PESQUISA DE CAMPO: TEORIA E PRÁTICA EM AÇÃO

2.1 - Informações Gerais da Pesquisa

O objetivo maior dessa pesquisa é verificar se a escola, em pleno Século XXI, diante de tantos problemas, relativos ao meio ambiente, dispõe de alguma atividade escolar, formadora de valores de sustentação, assim como crítica e reformadora de condutas ecológicas. Para alcançar esse objetivo, escolheu-se um estudo de caso, tendo uma escola tradicional de Uberaba como foco de investigação.

Para esse estudo, foram escolhidos alguns documentos externos e internos, a saber: externos: a) LDB/96; b) Lei 9.795/99; c) Parâmetros Curriculares Nacionais. Internos: a) o Projeto Político Pedagógico; b) os planos de ensino; c) atas de reuniões acadêmicas; d) materiais produzidos para propagar eventos sobre o meio ambiente.

Pode-se perceber, desse modo, que a pesquisa não envolveu seres humanos, em razão do que não passou pela análise do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIUBE.

2.2 - Memorial

Antes de elaborarmos uma síntese da história da Escola Y, é importante conhecer a relação entre pesquisadora e escola. Como professora, sou licenciada em Geografia e Especialista em Educação Ambiental. Entretanto, iniciei minha vida profissional ministrando aulas de Ensino Religioso e séries iniciais do ensino fundamental. Considero-me uma profissional que sempre quis fazer a diferença na educação. Diante disso, meu objetivo sempre foi propor aos meus alunos um conhecimento mais dinâmico e prazeroso, saindo da monotonia da sala de aula, no sentido de promover ações que fizessem a diferença na vida deles.

Trabalhamos boa parte dos meus anos de escola na rede pública municipal, na rede estadual alguns anos paralelos (nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio) e pude também vivenciar a experiência de ser professora em algumas escolas privadas e até mesmo em um colégio militar. A nossa verdadeira paixão sempre foi a rede municipal, pois, em todas as escolas que passei, a clientela era mais humilde, mais receptivos, amorosos e mais fácil de propor coisas simples que de certa forma os levasse a ter interesse por aquilo que

estava sendo ensinado.

No ano de 2005, fomos designada, para trabalhar em uma turma de 08 anos (antiga 2ª série do Ensino Fundamental, hoje 3º ano), na Escola Y, ora pesquisada. Inicialmente foi um grande desafio pra mim, pois, era uma turma numerosa para a idade, aproximadamente 40 crianças, revoltadas com a saída da sua professora e eu naquele momento recém chegada neste ambiente precisava conquistar os alunos, tendo como suporte a diretora da época, muito exigente, dinâmica e correta em suas ações.

Começamos então a desenvolver um trabalho eficaz diante daquilo que nos haviam proposto. As atividades diárias exigiam cumprir os conteúdos pré-determinados pela Secretaria Municipal de Educação e ainda os contemplados no livro didático. Acreditamos que só isso não bastava e começamos a propor para a direção aulas de campo em usinas, estação de tratamento de água e esgoto, no bosque, na Transitolândia, participar com os alunos de outros projetos como convidados no “Zebu na Escola” e Projeto do 4º Batalhão sobre “Sustentabilidade”.

A partir daí, fomos ficando nesta escola e durante nove anos trabalhamos com as turmas de 08 anos. Neste tempo todo, até mesmo pela nossa formação inicial, começávamos a verificar como eram desenvolvidas as questões do meio ambiente no contexto daquela escola e por nos interessar por projetos. Em 2012, fomos convidada pela equipe dirigente, a ser Coordenadora de Projetos. Aceitar um cargo de Coordenadora de Projetos em uma escola tradicional, com uma clientela muito diversificada e atender a mais de 1400 alunos era um grande desafio. Como acreditamos que é por meio de desafios que acontece nosso crescimento pessoal e profissional, aceitei.

Pela vivência que pudemos ter dentro deste ambiente escolar, começamos a perceber de forma mais crítica e interrogativa como a escola tratava as questões ambientais, se havia de fato um projeto que levasse a formação de valores e condutas em relação ao meio ambiente, como eram desenvolvidos esses projetos, quais eram as prioridades de desenvolvimento e qual o grau de envolvimento dos funcionários (professores e equipe administrativa) e de toda a comunidade para o desempenho dos mesmos.

A partir de todas essas indagações, começamos a pesquisar com maior precisão o Projeto Político Pedagógico da escola, quais eram suas diretrizes, competências e habilidades a serem desenvolvidas, quais projetos eram contemplados, qual o período de realização dos mesmos e principalmente, qual a importância do desenvolvimento da Educação Ambiental dentro desse documento.

Ficamos aproximadamente três anos à frente da coordenação de projetos da escola e

diante de todos os segmentos, começamos a juntar documentos para entender a importância e aplicabilidade de cada um. Percebi que o tema Meio Ambiente só tinha importância no mês de junho, ou quando havia surtos e epidemias de dengue na cidade. Concluímos, já naquele tempo, que a escola considerada modelo numa série de questões, apresentava uma grande lacuna em relação à educação ambiental.

Assim, após estudo do Projeto Político Pedagógica da escola, conhecemos mais a fundo o meu ambiente de trabalho, sua clientela, suas diretrizes, enfim, todo o contexto escolar. Concomitante a isso, participamos da elaboração de alguns projetos como: incentivo à leitura e a educação ambiental no contexto escolar. O projeto de Educação Ambiental foi aplicado somente em um ano (2011), onde foram desenvolvidas ações positivas e outras nem tanto aos olhos dos envolvidos.

Acreditamos que falar em Educação Ambiental e propor algum projeto, alguma ação, dá trabalho e a maior parte dos profissionais da escola não se envolvem e em nada contribuem para o sucesso do projeto. Em 2012, já à frente da Coordenação de Projetos na escola pesquisada, foi desenvolvido outro projeto sobre meio ambiente em parceria com a Secretaria Municipal de Educação que também não houve adesão efetiva devido a falta de recursos tanto da escola como da Secretaria para a execução das atividades propostas.

Nos anos subsequentes, foram desenvolvidos somente os projetos contemplados no Projeto Político Pedagógico sem nenhuma grandiosa ação voltada com efetividade para o meio ambiente. Participei efetivamente do desenvolvimento dos projetos citados, considerando que alguns foram só contemplados no papel.

Mediante todos esses fatos vivenciados e aqui relatados por nós, sentimo-nos frustrada, pois, como coordenadora de projetos, não pudemos ir além dos extramuros da escola, para propormos coisas inovadoras. Nós precisávamos só cumprir aquilo que já vinha sido determinado pelos órgãos superiores. Após um ano frente à coordenação, a direção da escola mudou e a parceria para o desenvolvimento de novas ações, novos projetos ficaram um pouco distantes por uma série de fatores.

Hoje, diante desta pesquisa e mesmo com todo o trabalho realizado na Escola Y, enquanto professora e/ou coordenadora de projetos, tivemos um acesso reservado aos documentos necessários à pesquisa, pois o Projeto Político Pedagógico, as atas escolares, os diários de classe, bem como os planos de ensino e de aulas não foram disponibilizados da forma que gostaria, para que fossem xerocados e anexados nesta pesquisa ora apresentada.

No final do ano de 2014, pedimos desligamento da escola e da Rede Municipal de Ensino, para que pudéssemos nos dedicar aos estudos.

2.3 - A Escola Y: perfil histórico e atual

A Rede Municipal de Ensino de Uberaba, desde 1993, trabalha por uma educação menos fragmentada e mais holística, por meio de projetos, etc. Ao longo do tempo, ela manteve-se fiel aos princípios de uma política democrática de educação, investindo na construção de uma escola autônoma e de qualidade.

Em um primeiro momento, quando de sua concepção, a proposta de educação do município de Uberaba (1993-2000) foi como uma “Construção amorosa da cidadania” e enfatizou a relação razão sensibilidade na formação cidadã dos seus alunos. No período de 2005-2012, trabalhou-se na perspectiva da “escola como ambiente de aprendizagem e de formação humano-cidadã”, procurando enfatizar a importância da avaliação do desempenho acadêmico do aluno.

Neste contexto, situa-se a Escola Y. Ela está localizada em um bairro residencial, próximo ao centro da cidade, considerado populoso, onde a maior parte de sua população é composta por classe social de renda média. O bairro também possui outras subdivisões que faz com ele seja vários bairros em um, tendo assim uma localização privilegiada e de fácil acesso para todos que precisam frequentar a escola.

A história da Escola Y é bastante interessante dentro do contexto da cidade de Uberaba, localizada no Triângulo Mineiro, no estado de Minas Gerais. A Escola Y foi fundada há mais de sessenta anos, sendo considerada escola modelo dentro da Secretaria Municipal de Educação. Adota o sistema de seriação desde os 06 anos até os 14 anos de idade (1º ao 9º ano do ensino fundamental). No matutino, funcionam classes de 08, 09, 10, 11, 12, 13 e 14 anos, no vespertino, salas de 6 a 10 anos e o Período Integral.

Compõe a escola um número de 1.428 alunos. Para garantir o bom andamento pedagógico e administrativo a escola conta com cento e quarenta funcionários, incluindo diretora, vice-diretoras, especialistas, professores, secretárias, cantineiras, bibliotecárias e auxiliares de serviços gerais.

A inauguração dessa escola teve grande importância, para o município, uma vez que, neste momento já havia um aumento significativo da população infantil que precisava frequentar a escola. Com isso, diante da inauguração inicialmente do então Grupo Escolar Y. Muitas pessoas da cidade: médicos, engenheiros, etc. estudaram no Grupo Escolar Y. Além disso, diversos funcionários que hoje trabalham na escola são ex-alunos da instituição. A escola possui um organograma bem distribuído para a sua composição, conforme Figura 2.

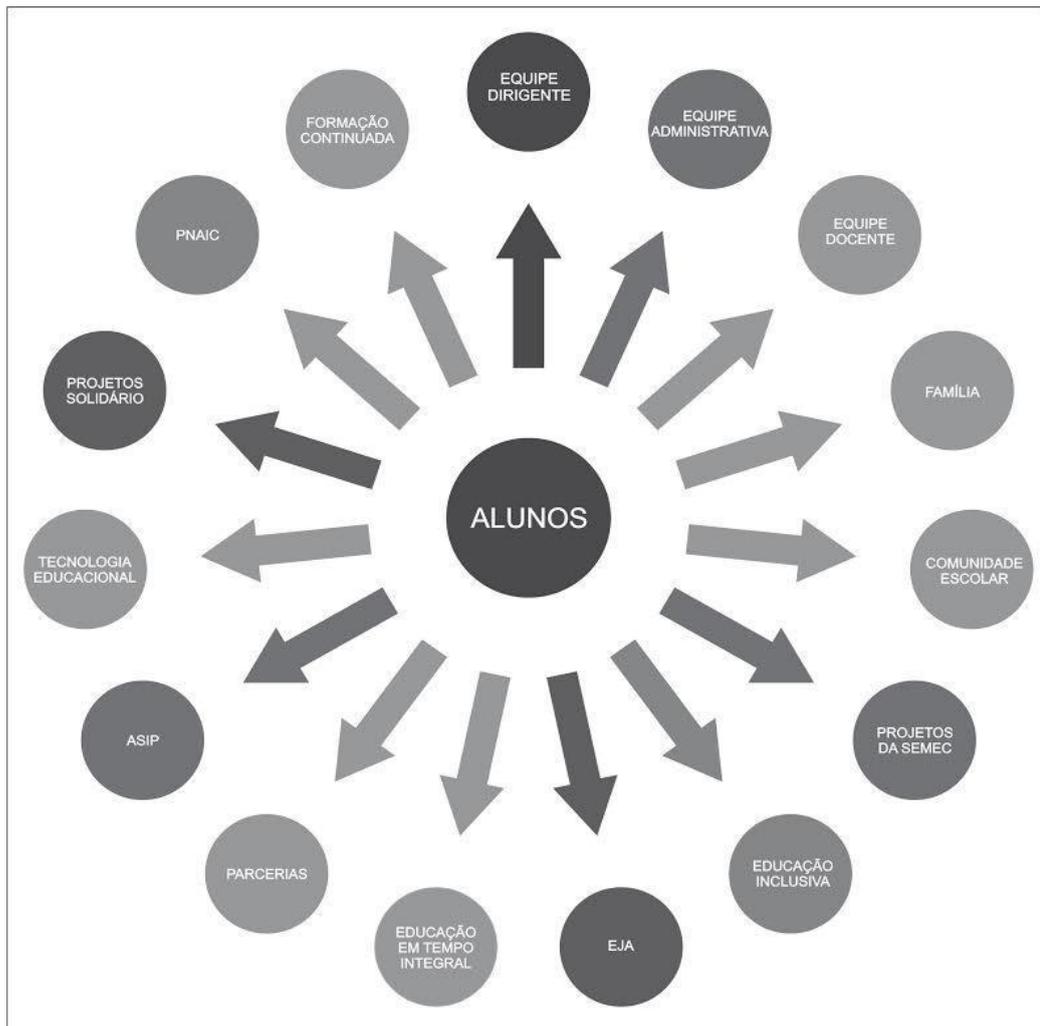


Figura 2: Organograma da Escola Y.

Fonte: Arquivo da escola.

Por meio desse organograma, a escola se organiza atualmente, mas desde que foi municipalizada, em 1994, procura estabelecer parcerias e desenvolver projetos conforme sua demanda.

A doação da Escola Y pelo Estado de Minas Gerais definitiva para o Município foi feita em 2008. De lá para cá, houve algumas modificações e uma delas foi a parceria com uma empresa privada, em razão da necessidade desta instituição construir espaço para ajuda social, a escola recebeu, em regime de comodato, um novo prédio. Um espaço em quatro andares, totalmente planejado dentro das solicitações legais: acessibilidade, 25 alunos por sala, espaços estruturados para atender cada necessidade, dentre outros grandes benefícios, porém continua havendo atendimento no antigo prédio que se tornou anexo, com 05 turmas de período integral no matutino, totalizando 100 alunos, 03 turmas de 5º ano, 02 turmas do Programa Acelerar para Vencer - PAV e uma classe de 1º ano, alfabetização para adultos. No turno vespertino, atende 12 turmas de 1º e 2º anos.

No prédio cedido pela parceira são ofertadas 36 turmas sendo 18 turmas por turno. No matutino, somente seriação, do 6º ao 9º ano e, no turno vespertino, classes de 3º ao 7º ano.

A escola está entre as maiores do município de Uberaba, os alunos estão divididos nas seguintes modalidades de ensino:

- Educação em Tempo Integral: 1º aos 4º anos;
- Ensino Fundamental Inicial Parcial: 1º aos 5º anos.
- Ensino Fundamental Séries Finais: 6º aos 9º anos.
- EJA- Com alunos de Inclusão.

Essas turmas dividem-se nas duas unidades, que funcionam nos períodos matutino e vespertino.

A unidade I- prédio cedido por uma empresa privada/Uberaba, em regime de comodato: possui 18 (dezoito) salas de aula, com capacidade para 25 (vinte e cinco) alunos; um laboratório de ciências equipado, uma sala de multimeios com data show e lousa digital, um laboratório de informática com 18 (dezoito) computadores, sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE que tem como objetivo atender a crianças portadoras de necessidades especiais, secretaria, sala dos professores, banheiro para os professores, sala de coordenação e supervisão pedagógica, sala de direção, uma biblioteca, refeitório e cozinha. O prédio possui 04 andares com rampas de acesso e escadas. Cada andar conta com banheiros regulares e de acessibilidade. O prédio se encontra em bom estado, uma construção recente (2010), no entanto, dentro das normas do contrato de comodato, cabe à gestão escolar disponibilizar recursos para a manutenção e conservação da construção e do mobiliário.

Unidade II – prédio original, que contou com a última reforma em 2011/2012. Possui 12 salas de aula, sala de artes, biblioteca, laboratório do Sistema Positivo de Ensino, sala do Ação Sistemática de Intervenção Pedagógica - ASIP, sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, refeitório, 02 banheiros equipados com chuveiros, 02 banheiros regulares, secretaria/mecanografia, sala de coordenação, solário, jardim, quadra poliesportiva, sala dos professores e banheiro para professores. Embora a reforma seja recente o prédio visivelmente possui problemas estruturais, tais como vazamentos de água da chuva, entupimento dos encanamentos e forros de PVC que segundo a direção em seus relatos serão trocados em breve.

A clientela da escola, em questão, é variada e vem de vários bairros da cidade, embora a zona de abrangência sejam os bairros: Fabrício, Mercês, Vila Olímpica, Vila Militar

e Jardim São Bento. Atendem-se alunos de outros locais uma vez que, alguns pais trabalham próximo ao centro e a localidade da escola facilita essa transição.

A escola oferta a Educação Inclusiva em todas as modalidades de ensino. As salas de aula do prédio de comodato possuem boa luminosidade, no entanto, conforme a hora do dia, são muito quentes, por causa desse fator, cada sala de aula possui 02 ventiladores. O laboratório de ciências é bem equipado, possui além de instrumentos adequados, 03 microscópios eletrônicos e um liquidificador para reciclagem. As bibliotecas possuem acervos em bom estado de uso e títulos variados vindos do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, de outras parcerias e recursos da escola. A escola possui, ainda, *laptops* do Programa Um Computador Por Aluno - PROUCA⁵. A Escola Y foi a primeira escola a recebê-los.

A escola Y recebeu 499 computadores (*laptops*) para os alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e para os professores da escola que atuam nesses segmentos. Os equipamentos vieram do Governo Federal, que também promoveu a formação dos profissionais para trabalharem com a nova tecnologia, primeiro presencial, com a equipe da PUC (Pontifícia Universidade Católica) em Uberaba, totalizando 40 horas iniciais e depois 180 horas à distância, também pela PUC de Belo Horizonte, concluindo o curso em Agosto de 2012.

Enquanto o governo de certa forma disponibilizava recursos para os municípios e estados adquirirem os laptops, a escola por outro lado sentia toda a fragilidade em lidar com todo esse processo, uma vez que, com a chegada dos computadores, os professores tiveram que redobrar sua atenção em relação a utilização dos mesmos, pois, embora houvesse uma orientação por parte dos professores em relação aos sites que deveriam acessar, o contato inicial dos alunos com o equipamento proibia as redes sociais, facebook, salas de bate-papo, sites pornô, enfim uma série de ferramentas que nada contribuem para o processo ensino aprendizagem.

Os professores tiveram que se integrar na capacitação a fim de fazer uma contextualização com o conteúdo a ser ministrado e com o equipamento que precisava ser utilizado, colocando de fato a real necessidade dele na sala de aula. Foram meses de muito trabalho, muita resistência, até que os professores responsáveis pela manutenção e configuração dos laptops, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação conseguiram bloquear o

⁵ PROUCA: Instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, o PROUCA tem por objetivo promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais. Disponível em: <http://www.fn.de.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo/proinfo-programa-um-computador-por-aluno-prouca>. Acesso em 13 jan. 2016.

trabalho, muita resistência, até que os professores responsáveis pela manutenção e configuração dos laptops, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação conseguiram bloquear o acesso à sites que não eram interessantes para o aprendizado dos alunos.

Por outro lado, com a chegada dos laptops, houve uma alteração do dia a dia escolar. Antes, ao se pensar em uma câmera fotográfica na sala, trazia receio e agora, como divisor de águas, cada aluno com seu laptop podendo fotografar, entrar na internet (instalada na escola com banda larga, rede *wireless* em todo o prédio), enviar *e-mail* e fazer todo o tipo de trabalho, livre (apenas com o servidor, bloqueando sites indevidos), trouxeram um novo repensar, um novo respeito e uma nova forma de organizar as aulas, que vão desde a pesquisa, a montagem de novas atividades enriquecedoras, as tarefas online, o feedback da família com o net book sendo levado para casa, etc.

Enfim, os recursos tecnológicos disponíveis são de certa forma eficientes e alguns modernizados. Atendem ao trabalho a ser realizado contribuindo com o processo ensino-aprendizagem.

Dentre os recursos técnicos, ressaltamos os equipamentos: sistema PABX, máquinas de xérox/impressoras, datashow, antenas parabólicas, TVs e videocassetes, câmeras digitais, sistema de som de comunicação em toda a escola, sala de multimeios e informatização da biblioteca escolar.

Os laboratórios de Ciências, Informática e Mesas Pedagógicas possuem os equipamentos e recursos pedagógicos e funcionam sistematicamente e em todos os turnos da escola, exceto Mesas Pedagógicas que são para os alunos de 06 a 08 anos.

Enquanto o governo, de certa forma, disponibilizava recursos para os municípios e estados adquirirem os laptops, a escola por outro lado sentia toda a fragilidade em lidar com todo esse processo, uma vez que, com a chegada dos computadores, os professores tiveram que redobrar sua atenção em relação a utilização dos mesmos, pois, embora houvesse uma orientação por parte dos professores sobre quais sites deveriam acessar, o contato inicial dos alunos com o equipamento era para acessar as redes sociais, *facebook*, salas de bate-papo, sites pornô, enfim uma série de ferramentas que nada contribuem para o processo ensino aprendizagem.

Os professores tiveram de se integrar na capacitação, a fim de fazer uma contextualização com o conteúdo a ser ministrado e com o equipamento que precisava ser utilizado, colocando de fato a real necessidade dele na sala de aula. Foram meses de muito trabalho, muita resistência, até que os professores responsáveis pela manutenção e configuração dos laptops, em parceria com a secretaria Municipal de Educação, conseguiram bloquear o

acesso à sites que não eram interessantes para o aprendizado dos alunos.

Por outro lado, com a chegada dos *laptops* houve uma alteração do dia a dia escolar. Antes, ao se pensar em uma câmera fotográfica na sala, trazia receio e agora, como divisor de águas, cada aluno com seu laptop podendo fotografar, entrar na internet (instalada na escola com banda larga, rede *wireless* em todo o prédio), enviar e-mail e fazer todo o tipo de trabalho, livre (apenas com o servidor bloqueando sites indevidos), trouxeram um novo repensar, um novo respeito e uma nova forma de organizar as aulas, que vão desde a pesquisa, a montagem de novas atividades enriquecedoras, as tarefas online, o feedback da família com o laptop sendo levado para casa, etc.

Enfim, os recursos tecnológicos disponíveis são de certa forma eficientes e alguns modernizados. Atendem o trabalho a ser realizado contribuindo com o processo ensino-aprendizagem. Dentre os recursos técnicos, ressaltamos os equipamentos: sistema PABX, máquinas de xérox/impresoras, data show, antenas parabólicas, TVs e videocassetes, câmeras digitais, sistema de som de comunicação em toda a escola, sala de multimeios e informatização da biblioteca escolar.

Os laboratórios de Ciências, Informática e Mesas Pedagógicas possuem os equipamentos e recursos pedagógicos e funcionam sistematicamente e em todos os turnos da escola, exceto Mesas Pedagógicas (06 a 08 anos). Outro desafio é melhorar o tráfego nos horários de entrada e saída dos turnos, uma vez que, o número de vans e carros de passeios nesses horários é bastante intenso. Vislumbrando a necessidade de segurança da escola, as duas instituições foram unidas com o fechamento da rua, construção de muros e colocação de portão oferecendo 100% de segurança aos alunos.

Os materiais esportivos são de qualidade e seu bom uso e conservação garantem a permanência destes, por vários anos na escola. Os recursos pedagógicos são utilizados de forma plena pelos profissionais da escola, cujos impactos positivos refletem-se diretamente na qualidade da prática docente e, por conseguinte, no desempenho acadêmico dos alunos. Mobiliários, equipamentos e recursos pedagógicos para atendimento educacional especializado, estão sendo enviados pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC e já subsidiam o trabalho implantado na escola. No período noturno, as salas de aula são utilizadas para as aulas da Formação Continuada em Serviço, para os servidores da escola e para a Rede Municipal de Ensino.

Em relação ao atendimento, a Escola Y está envolvida com outras entidades como: Orfanato Santo Eduardo e Educandário Menino Jesus de Praga, parceria essa que tem dado certo, ou seja, nas duas instituições citadas, os alunos que são filhos de pais que não possuem

condições de deixar seus filhos em casa devido sua jornada de trabalho, levam os mesmos em um período para uma delas e no período em que a criança está matriculada no ensino regular na Escola vão para este ambiente a fim de receberem toda a aprendizagem escolar necessária para a condução e formação de valores em sua vida cotidiana.

A escola atende também um número considerável de filhos de militares (em função da proximidade com o Quartel), alunos da Acolhida Marista (que são alunos infratores ou até mesmo crianças que foram abandonadas pela família). Ela fornece a vaga no ensino regular e trabalha em parceria com as psicólogas e orientadoras educacionais da acolhida para que os mesmos tenham um acompanhamento do desenvolvimento da sua conduta diária escolar.

Atende ainda às mães sociais de alunos advindos do Conselho Tutelar, bairros distantes e Liberdade Assistida. A equipe dirigente e os professores de certa forma oferecem à todas essas instituições assistidas uma parceria e um retorno do desempenho de cada um, seja no aprendizado ou no convívio social. Apesar da localização da escola estar em um bairro considerado de classe média, parte da clientela atendida pela instituição, possui condições financeiras abastadas e mesmo assim consegue um nível de excelência nas questões pedagógicas, dispõe de ambiente alfabetizador, incentivo, ajuda e local de estudo adequado, dentre outros requisitos básicos para o sucesso do aluno.

No entanto, há uma grande maioria que procura a escola pelas dificuldades, encontradas em todos os sentidos, desde os sociais (condições de sobrevivência, em geral), financeiros e psicológicos. Buscam a comida diária e a oportunidade de serem ouvidos e ajudados. A escola (ainda que não tenha este papel social) tem buscado ajudar com questões de alimentação, roupas (campanhas), consultas médicas, encaminhamentos especializados, etc. Apesar de ser uma escola central, vive-se todos os problemas, tais como as escolas mais distantes: abusos, violência doméstica, *bullying*, alcoolismo, etc.

A escola é considerada polo de inclusão com a presença de alunos portadores de todas as deficiências (TDAH, física, auditiva, visual, transtornos, etc.) e também tem parceria com a Associação da Criança Deficiente (ACD), Unidade Municipal de Saúde (UMS) Antonina Gonçalves Coelho e equipe Unidade Básica de Saúde (UBS) Santa Teresinha, que realiza excelente trabalho em nível de saúde nos mais diversos sentidos.

Os alunos, portadores de necessidades especiais, estão inseridos nas salas de aula regulares, têm seu ritmo respeitado e aprendem o que todos aprendem, utilizando formas diferenciadas de fazê-lo. Esta situação é possível com a formação dos professores que lidam diariamente com esta realidade.

Esses mesmos alunos que, de certa forma, precisam de ajuda para locomoção e

necessidades básicas, contam com os cuidadores (educadores com 06 horas diárias de trabalho, com formação em magistério), fazem Atendimento Educacional Especializado (Sala de AEE) com professores capacitados para tal atendimento. Os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, sem laudos que comprovem a deficiência, também têm atendimento em uma sala específica para dificuldades.

A escola é participativa e desenvolve projetos relacionados à importância da família, aos valores éticos, culturais e religiosos, visando a aplicabilidade do lema da escola: “Educando para uma existência de participação consciente”. Em relação à importância ao meio ambiente, destaca-se o Projeto “Espaço de diversidade, cultura e cidadania”. Com ele, a escola está tentando preparar as futuras gerações para vencer e criar desafios para formar um cidadão que pensa, vê, sente, observa seu mundo, experimenta, critica, cria, recria, decide, atua, sujeito este portador de uma história de vida, constituída de várias experiências, educando construtor de seu próprio conhecimento dentro do processo de aprender a aprender e aprender a pensar.

Segundo Rios (2006) a qualidade do trabalho em educação é fundamental e deve ser entendido como um transitar pelo espaço da educação com valores e pressupostos do mundo econômico. Isso nos dá uma visão atual de como ensinar o respeito ao meio ambiente na era da globalização.

Neste sentido, a escola vai ganhando espaço para conhecimentos relacionados a biodiversidade expressos em seu Projeto Político Pedagógico, que contempla a reflexão sobre a necessidade da escola envolver toda a comunidade escolar em seu espaço para tratar de assuntos relacionados ao meio ambiente.

Este trabalho nos dá uma visão de que nos dias atuais a missão da escola mudou. Sua tarefa que antes era transmitir conhecimentos, hoje precisa ensinar como se adquire este conhecimento, ou seja, de mera transmissora de conhecimentos à mediadora entre o conhecimento e o aluno.

É nesse sentido que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), destacam que a prática de todo professor, pressupõe uma concepção de ensino e de aprendizagem que determina sua compreensão dos papéis de professor e aluno, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados.

Nesse contexto, é importante identificar, na tradição pedagógica brasileira, a presença de grandes tendências na Escola Y: a tradicional, a renovada, a tecnicista e aquelas marcadas centralmente por preocupações sociais e políticas, deixando evidente a influência dos grandes movimentos educacionais internacionais, de nossa história política, social e cultural, a cada período em que são consideradas.

Dessa forma, nota-se que a escola exerce significativa influência sobre os alunos, levando-os a pensar, modificar ideias, transformar atitudes, habilidades e comportamentos, por causa de uma didática condizente com a realidade do aluno e da escola.

Sabemos que a escola pública não dispõe de muitos recursos, mas, na medida do possível, os professores buscam diversificar suas aulas e não ficam presos apenas em aulas expositivas. Utilizam recursos audiovisuais, data show, dinâmicas, jogos, brincadeiras, passeios, levam os alunos à biblioteca, laboratório de informática, enfim, ajudam-lhes a conhecer o que tem de disponível para que seu processo de aprendizagem significativa se efetive.

Foi nesse cenário, repleto de avanços e embaraços que essa pesquisa foi realizada, sempre com aquele cuidado de respeito à instituição e às pessoas que nela atuam.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COTEJADOS

Para podermos entender o processo pedagógico da Escola Y, referente à educação ambiental foram analisados os seguintes documentos: a) o Projeto Político Pedagógico; b) os planos de ensino; c) atas de reuniões acadêmicas; d) materiais produzidos, para propagar eventos sobre o meio ambiente.

É importante salientar que na pesquisa não serão realizadas citações pontuais em relação aos documentos disponibilizados, pois a gestão da Escola Y não autorizou fotocopiar alguns documentos internos, para que fossem anexados nessa dissertação. Toda a análise documental foi realizada, visando buscar uma relação com as políticas públicas e a EA dentro do ambiente escolar.

3.1 - O Projeto Político Pedagógico da Escola Y

Pensando em todas as propostas educacionais e o desafio a ser vencido dentro da escola, a Escola Y ao elaborar seu PPP, fez um levantamento de toda a necessidade e sob a orientação da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba - SEMED, para que ao construir este instrumento fosse de encontro as propostas de gestão no período de 2013-2016.

Usou-se a pesquisa documental, que tem como parâmetro a intencionalidade, ou seja, um dos principais fundamentos da pesquisa que usa a fenomenologia é a intencionalidade, pois ao organizar o PPP não se tem como identificar previamente as decisões a serem tomadas, mas validar cada ação ao longo do tempo.

Foram também observadas algumas mudanças metodológicas e filosóficas em decorrência de novas realidades que foram sendo acompanhadas pela escola no período que antecedeu a elaboração dele, tais como: Educação Inclusiva e Tempo Integral.

Os resultados foram tabulados e analisados pela equipe dirigente e posteriormente foram transformados em ações e projetos que permearão a prática política e pedagógica da Escola Y no período em que o mesmo estiver em vigência, sabendo que, algumas alterações poderão ocorrer a medida que as metas forem cumpridas e as necessidades surgirem.

Neste sentido, o PPP construído pela escola, é considerado o documento mais importante, pois além das necessidades escolares reflete também as angústias da comunidade

educativa como as dificuldades de aprendizagem dos alunos, o índice de evasão e reprovação, a descontinuidade dos professores na escola (fato esse que se dá pelo término de contrato ao final do ano letivo) e análise da realidade em que está inserida.

Neste documento encontram-se diversos dados que direcionam as ações escolares, como os recursos financeiros recebidos pela escola, os projetos escolares e tabelas que apresentam o desempenho escolar nas avaliações externas.

Na íntegra, o Projeto Político Pedagógico da Escola Y é formado por 196 (cento e noventa e seis páginas), no entanto, no que trata sobre a EA ou Meio ambiente propriamente dito, não há um direcionamento exclusivo para tal, a questão ambiental no ambiente escolar é tratada como um tema transversal e contemplada em um projeto específico da escola no qual se intitula: Espaço de Diversidade, Cultura e Cidadania.

De acordo com estudos fundamentados sobre o PPP, entendeu-se que este projeto possui uma singularidade e é o norteador da execução de algumas ações, dentre elas, assuntos relativos ao meio ambiente. Entretanto, a abordagem em relação à EA deveria ser mais valorizada, visto que, nas palavras de Veiga (2001):

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova de cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2001, p. 23).

Para que o Projeto seja de certa forma bem executado, a gestão escolar deve se pautar em um dos princípios previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 1996), que confirma a importância da participação da comunidade no delineamento do PPP, seja nos projetos ou nas necessidades escolares vistas por esta comunidade.

Percebemos que o PPP contempla a necessidade do Conselho Escolar, destacados também no PNE⁶ (Lei nº 10.172 de 2001) que estabelece as diretrizes das organizações colegiadas. Oferece assim os alicerces de uma escola que se embasa na formação humanocidadã que garanta um ambiente de aprendizagem eficaz.

Entretanto, de acordo com os estudos fundamentados em Veiga (2001), notamos que o PPP da Escola Y realiza poucos eventos com a participação de todos, principalmente no que

⁶ PNE- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO- LEI 10.172 DE 10 DE Janeiro de 2001, que tem como objetivo elevação do global do nível de escolarização da população; melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis; redução das desigualdades sociais e regionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 23 nov. 2015.

Entretanto, de acordo com os estudos fundamentados em Veiga (2001), notamos que o PPP da Escola Y realiza poucos eventos com a participação de todos, principalmente no que diz respeito à autonomia pedagógica e financeira. Sabemos que a comunidade, por meio do Conselho Escolar, pode e deve requerer propostas de melhorias pedagógicas que devem ser anexadas ao PPP, neste caso, um projeto de EA. Este trabalho é fundamental na promoção da aprendizagem nos diferentes níveis, na prática da cidadania e solidariedade e em todas as formas de ajuda de construção do sujeito como um todo.

Entendemos que a escola deve definir sua identidade, pois isso o PPP serve como referencial para as ações gerais da mesma, ou seja, deve refletir os anseios do grupo nos mais diferentes aspectos. É necessário que se afirme que a construção do PPP exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e com a escola, o que não dispensa uma reflexão sobre o homem a ser formado, a cidadania e a consciência crítica (VEIGA, 2001).

Ainda sobre o projeto pedagógico da escola, Rodrigues (2003), diz:

(...) a escola tem por função preparar o indivíduo para o exercício da cidadania moderna, para a modernidade. Isso significa formar o homem capaz de conviver com a sociedade em que se cruzam interveniências e influências mundiais da cultura, da política, da economia, da ciência e da técnica. (RODRIGUES, 2003, p. 55-56).

Diante disso, é de fundamental importância destacar que o PPP não é um processo finalizado no ato de sua elaboração, mas sim um processo contínuo com finalidades explícitas, que ao ser elaborado necessita contar com a participação e contribuição de todos os colaboradores da escola. Neste aspecto, notamos que o PPP é organizado tendo como base um modelo exclusivo da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para todas as escolas, diferenciando-se apenas nos projetos escolares.

Percebemos que para quem participa direta ou indiretamente do processo educativo, que organiza a escola para que ela ao longo do período letivo trabalhe para que se alcance as metas e objetivos que se pretende atingir, o PPP fica limitado e não basta apenas a gestão querer se o sistema não permite.

A partir do momento, em que todos participam, todas as ações a serem desenvolvidas devem ser intencionais e que essas mesmas ações levem a condução de resultados satisfatórios considerando acima de tudo a complexidade do cotidiano escolar.

Em relação aos recursos financeiros que poderiam incentivar um projeto de EA, são advindos das esferas: Federal: PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola, destinado a recurso de consumo e capital para a melhoria da qualidade de ensino; Mais Educação:

Destinado a manutenção das Turmas de Educação em Tempo Integral e PDDE/Qualidade – Programa Atleta na Escola e Projeto Minha Cultura; Municipal: PMDDE - Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola - Destinado à recursos de consumo, capital e manutenção da escola. Estes recursos financeiros não são suficientes para suprir as necessidades da escola, mal dando para realizar pequenos reparos hidráulicos, elétricos, físicos. Todas as verbas cedidas pelo governo precisam ser aplicadas somente no que o próprio governo determina como, por exemplo, a verba “Mais Educação”, que só pode ser aplicada para a manutenção das Turmas de Tempo Integral. Percebemos que seria negado o uso de algumas destas verbas na aplicação de projetos como a EA, por exemplo.

Notamos que o gestor da escola tem uma visão do todo, seja em caráter pedagógico da instituição, os aspectos do bem-estar da equipe, o atendimento às orientações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, promoção de parcerias que visem agregar valores à escola, atender a comunidade, favorecer ações conjuntas e oportunizar o diálogo e participação de todos envolvidos no processo educativo. Mas, não apresenta autonomia para inserir a EA nas práticas pedagógicas diárias no contexto escolar.

O gestor conta com a participação e influência em suas decisões do Conselho Escolar que é composto por pedagogos, professores, pais, alunos, pessoal administrativo e membros da comunidade; além disso, destaca-se o Grêmio Estudantil que é formado por alunos dos variados segmentos de ensino (5º ao 9º anos), além do Conselho de Pais (formado por pais compromissados com o processo ensino-aprendizagem de seus filhos) que são atuantes e participativos em todo o processo educacional e todas as questões que envolvem o ambiente escolar.

Sentimos que os projetos escolares incluídos no PPP, direcionam-se para o sucesso pedagógico e formação cidadã dos alunos, pontos de referência de sua filosofia: “Educando para uma existência de participação consciente”, como em todo o trabalho realizado pelos profissionais que atuam na Escola Y. Apenas sentimos a falta de um projeto que caracterize a importância da EA no contexto desta instituição.

A instituição, em parceria com a instituição privada, realizou 80% dos projetos que são desenvolvidos, conforme quadro 2:

PROGRAMAS	SUBPROGRAMAS	PROJETOS
I GESTÃO PARTICIPATIVA	1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	
	1.2 AÇÃO PARTICIPATIVA	
II FORMAÇÃO CONTINUADA	2.1 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA	2.1.1 Formação Continuada em Serviço
	2.2 EVENTOS DE FORMAÇÃO	
III PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO	3.1 QUALIDADE DE ENSINO	3.1.1- Ensino de Tempo Integral – Uma Proposta em Construção 3.1.2 - Educação de Jovens e Adultos: Direito à Educação. 3.1.3- Jornada Ampliada – Um Novo Desafio 3.1.4 - Sucesso Escolar x Intervenções no Contexto da Sala de Aula 3.1.5- Educação Inclusiva: Desafios e Possibilidades
		3.2 AVALIANDO A AVALIAÇÃO
IV INFRAESTRUTURA FÍSICA	4.1 APOIO INSTITUCIONAL	4.1.1- Readequando o Nosso Espaço Físico 4.1.2- A utilização das tics- Novas Possibilidades de Ensinar e Aprender
	4.2 APOIO ADMINISTRATIVO	
V REDE DE PROTEÇÃO SOCIO-CULTURAL	5.1 ALÉM DOS CONTEUDOS CURRICULARES	5.1.1 - Esporte na Escola – Formando Cidadãos 5.1.2 - Saúde na escola (P.S.E.) 5.1.3- Biblioteca Ativa – Uma Oportunidade de Criar 5.1.4- Espaço de Diversidade Cultural e Cidadania

Quadro 2: Projetos desenvolvidos pela Escola Y.

Fonte: Projeto Político Pedagógico, Escola Y, 2015.

Percebemos por meio deste quadro que de uma maneira geral, a escola trabalha a EA por meio de projetos temáticos, inseridos no projeto “Espaço de Diversidade Cultural e Cidadania”, mas este trabalho, conforme nossa observação é realizado de forma desarticulada em relação ao currículo e das variáveis do diálogo entre as diversas áreas do conhecimento.

Existem, dentro do ambiente escolar, campanhas isoladas, pautadas particularmente de datas comemorativas que partem da iniciativa de um professor, ou até mesmo de um grupo de professores preocupados com as questões ambientais. Desta forma, a EA não está expressa como deveria no PPP e por não estar inserida, não revela a importância de um trabalho de forma coletiva e integrada, dificultando assim o trabalho interdisciplinar.

Ao analisar o PPP da escola pesquisada, foi verificado que não há uma seção especial dedicada ao currículo. Fica claro que o documento não tratou dessa questão específica, uma vez que, o currículo escolar, ou seja, a grade curricular já vem determinada pela Secretaria de Educação e que a mesma precisa ser respeitada na distribuição da carga horária das disciplinas a serem ministradas no cotidiano escolar.

É necessário compreender que o conjunto de conteúdos disciplinares (conhecimentos)

e simbólicos selecionados, organizados, normatizados e didaticamente tratados, é que constitui o objeto da ação pedagógica no contexto da escola. Por isso, é fundamental que o professor tenha clareza de todos os fatores que intervêm na ação pedagógica, centrada no diálogo, permitindo o envolvimento ativo do aluno no processo enquanto sujeito de sua própria aprendizagem e, portanto, educando-o para ser capaz de aprender, criar, estabelecer relações, avaliar e julgar.

Assim, ao realizar esta análise do PPP da Escola Y e, portanto, ter participado deste contexto durante a pesquisa, entende-se que os processos de ensino/aprendizagem nas salas de ensino fundamental estão de acordo com as concepções humanistas de educação, bem como a organização de planejamentos, projetos e planos de aula. Entretanto, nem sempre contemplam a relação homem meio ambiente, a não ser nas aulas de Ciências.

Neste aspecto, para que haja uma melhor efetivação das ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar, é preciso que a escola planeje em conformidade com a sua comunidade escolar para que suas ações sejam de fato concretizadas com eficácia.

Acredita-se que o desempenho escolar está atrelado à maneira como a escola desenvolve sua metodologia, considerando os projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo, projetos esses que de certa forma faz com que a escola melhore os seus índices nas avaliações internas e externas.

Entretanto, a escola não se preocupa com a questão ambiental como está inserida nos PCNs. Notamos isso quando percebemos que em relação ao currículo, há um currículo que é considerado o real e que de fato acontece na escola, e um outro oculto, o que de fato não está formalmente registrado nos planejamentos diários, na proposta da escola, mas que de certa forma atende os anseios dos alunos, que perpassa as atividades escolares e que os proporciona uma visão de mundo mais crítica.

Mais uma vez, reiteramos a necessidade de se trabalhar interdisciplinarmente e a transversalidade na escola. E aí reside o maior problema da EA. Na Escola Y, não existem as condições necessárias para o trabalho interdisciplinar que é uma parte essencial do tema transversal, pois o PPP não contempla essa necessidade.

Diante desse fato, no que tange ao tratamento dado pelos PCNs, é necessário que a escola como um todo, perceba que apesar da proposta dos parâmetros serem boa não houve uma efetiva aplicabilidade dos mesmos no ambiente escolar, daí a necessidade de respeitar a Lei de Educação Ambiental, para que a escola seja capaz de implementar interdisciplinarmente a questão ambiental em seu currículo, como meio de formação de condutas e valores pertinentes a conscientização ambiental do indivíduo.

Neste sentido, Gatti e Barreto (2009) mostram que o papel do professor vai além do que está especificado no PPP, ou seja, os professores, muitas vezes pela remuneração insuficiente, em razão de que se desdobram, trabalhando em duas ou mais escolas, não conseguem tempo para organizar um trabalho mais efetivo com a EA, sendo possível apenas vencer o conteúdo programático entendido como mais importante.

Neste caso, a EA fica em segundo plano e sua abordagem é contemplada somente em datas específicas, como o dia do meio ambiente, por exemplo. Notamos a necessidade de uma mudança de comportamento, que visa a melhoria do processo ensino aprendizagem da EA, que não fica restrita somente a questão de colocar lixo no lixo, mas essencialmente conscientizar que só isso não é suficiente para mudanças socioambientais qualitativas.

Uma EA de qualidade envolve alcançar práticas socioambientais qualitativas capazes de superar as contradições encontradas atualmente no campo ambiental. Para tal mudança de atitude, é necessário o pensar crítico envolvendo a superação da fragmentação do saber, o qual reduz a complexidade implícita nos problemas ambientais a percepções simplistas e banalizadas da natureza.

Não é possível realizar uma prática em EA sem utilizar a vasta gama de possibilidades do conhecimento científico ou deixar esta abordagem ambiental como obrigatoriedade das Ciências Naturais e Biológicas. É necessário, como já explicitado anteriormente, que o esforço seja coletivo, sendo a forma mais indicada a Interdisciplinaridade. Ao falarmos em interdisciplinaridade não queremos incentivar práticas que tentem unir as disciplinas fragmentadas de forma simplista e sim em trabalho interdisciplinar, o qual garanta o pensar coletivo das ideias e que objetive o trabalho de equipe, contemplado essencialmente no PPP da escola.

3.2 - Os planos de ensino

Na realização da análise dos documentos investigados, uma observação pessoal foi realizada em relação aos planos de ensino, no intuito de explicitar detalhes quanto às ações desenvolvidas pela escola na EA. Assim, analisamos os tópicos do plano de ensino desenvolvido pelos professores da Escola Y como consta o modelo anexado a este trabalho.

Este plano é estruturado pelos professores de cada disciplina. Em nenhum momento demonstra a ideia de interdisciplinaridade, fato que nos permitiu analisar nos planos investigados.

Destacamos que foi possível fotocopiar somente um plano dos 20 analisados, com

seu teor para ser anexado neste trabalho.

Ao analisarmos os planos de ensino, sentimos falta de um direcionamento mais concreto, ou seja, nenhuma das professoras confirmou a realização de um diagnóstico respondendo as questões: **a quem ensinar**: tipo de aluno; **por que ensinar**: objetivos da educação e da escola; **o quê ensinar**: conteúdo; **como ensinar**: recursos didáticos e **como verificar**: avaliação do aprendizado.

O modelo aparece como algo pronto e acabado, que as professoras entregam na primeira semana de aula. Neste caso, notamos que os conteúdos a serem ministrados no decorrer do ano letivo obedecem apenas as Diretrizes Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e os mesmos são confrontados somente com o livro didático adotado por cada disciplina, de acordo com a série e faixa etária. Estes conteúdos fazem parte da coluna “Eixos estruturantes” do plano.

Ao verificar o item “Objetos de conhecimento” dos planos de ensino, percebemos que é preciso atentar para que o mesmo possua uma relação com o PPP para garantir a coerência e a integração das ações, além de levar em consideração as necessidades e as possibilidades dos alunos. Acreditamos que estes objetos devam contemplar as dificuldades e os avanços de cada um e ao mesmo tempo precisa ser flexível e aberto, permitindo assim ajustes sempre que necessário, principalmente ao que se refere à EA.

O plano de ensino ainda deve ter a dinamicidade de ser executado em determinado tempo com uma visão ampla para o processo educacional e para o cronograma a ser cumprido, item que não aparece nos planos de ensino.

Os professores contemplam nos planos investigados os assuntos que os alunos devem aprender no decorrer do ano letivo. Em nenhum dos registros foram encontrados vestígios da EA a ser desenvolvida como tema transversal ou como um conteúdo obrigatório, como verificamos nos “Direitos de aprendizagem”.

Podemos afirmar que, dos 20 planos de ensino investigados, foi encontrado somente um plano de ação da professora responsável pelo projeto do Grupo de Liderança “Agentes do Meio Ambiente” - AMA, anexado a este trabalho.

O projeto trata das questões ambientais em consonância com as atividades que são desenvolvidas no cotidiano escolar. O projeto atende alunos do 6º ano 9º ano (11 à 14 anos) do ensino fundamental, é composto por aproximadamente 10 integrantes.

O projeto define-se em demonstrar como são as bases de sociedades sustentáveis, em diferentes regiões geográficas, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Objetiva diagnosticar, juntamente com os alunos, a situação dos espaços

em torno da escola, já estabelecendo metas a serem alcançadas, para deixar esses espaços mais limpos e agradáveis.

Trata-se de um projeto viável, que estimula a conscientização dos alunos sobre o uso racional da água, por exemplo, utilizando cartazes, palestras e conversas com alunos de cada turma.

Um dos momentos de culminância do projeto é a promoção de oficinas com material reciclado por todos os alunos da escola, adequando cada tema de acordo com a idade dos mesmos.

Sem dúvida, este projeto demonstra a preocupação com o meio ambiente. Entretanto, o mesmo não faz parte do PPP, nem dos Planos de Ensino, o que seria uma forma de introduzir a importância da EA no contexto da Escola Y, já que durante as aulas do projeto são realizados debates sobre as questões ambientais como a Água, a Poluição, o Lixo, o Efeito Estufa, Alternativas de Energia, etc.

Para o desenvolvimento das ações do projeto a escola, juntamente com a professora responsável, desenvolveram um plano de ações que contemplam várias atividades a serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo. As aulas acontecem uma vez por semana em horário extra turno, quando são desenvolvidas atividades lúdicas e de reciclagem de material, conforme anexo neste documento.

A escola por si só tenta de todas as maneiras executar as ações com os Agentes do Meio Ambiente, mas encontra muitos obstáculos para realizá-las. Evidencia-se que tais dificuldades são em função de não haver verba disponível para a realização de oficinas, apesar de mobilizar seu pessoal rumo aos objetivos propostos. Neste caso, o que faz a diferença na execução de tais ações é o papel do gestor que de acordo com atas pesquisadas da escola, fica claro que o mesmo não mede esforços e junto com o Grêmio Estudantil realiza atividades para angariar fundos para a realização das atividades propostas neste projeto.

Para que o projeto dos Agentes do Meio Ambiente pudesse sobreviver no ambiente escolar com ações cotidianas, a equipe gestora e a professora responsável pelo projeto criaram a Agenda 21 da Escola Y. Nesta Agenda que visa a construção de uma sociedade mais sustentável, os responsáveis elencaram várias ações a serem desenvolvidas e cumpridas no decorrer do ano letivo.

Mais uma vez destacamos a necessidade da interdisciplinaridade, pois diante da análise dos planos de ensino, percebemos que as disciplinas são trabalhadas em unidades isoladas. Nesse caso, o projeto mencionado, por exemplo, não dialoga com a temática da transversalidade, ou seja, poderia introduzir a questão ambiental da água nas aulas de

Matemática. Para se ter uma ideia da quantidade de água no planeta e a correlação que existe entre água salgada, potável e poluída, o uso de uma garrafa de Coca-Cola serviria bem. Por exemplo, a quantidade de água existente no planeta é de 1,4 bilhões de km³, dos quais apenas 2% não são salgadas. Desses 2%, apenas 0,8 é verdadeiramente potável.

Esse conteúdo matemático, a proporção, poderia ser tratado, tomando como base questões de EA. Ora, para se fazer essa tarefa, não há como evitar a interdisciplinaridade e o trabalho em equipe. Por razões por demais conhecidas, a escola em si está longe de apoiar a interdisciplinaridade e a dinâmica do trabalho com seus pares.

Como corolário do que se disse antes, não há registros que confirmem a existência programada e organizada de atividades relativas à EA nos planos de ensino. Como diz o ditado popular, “ninguém dá aquilo que não tem”, ou seja, como tratar da EA, se ela não faz parte do currículo escolar nem ao menos do PPP.

Dessa forma, a tabela abaixo, mostra os 20 planos de ensino das disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, Inglês, Valores Humanos e Biologia, variando entre as turmas de 3º, 6º, 7º, 8º e 9º anos, que foram disponibilizados para esta pesquisa. Ressaltamos que, na íntegra, anexamos somente o plano de ensino de Matemática, disponibilizado pela professora.

Escolaridade Série	Língua Portuguesa	Matemática	Geografia	História	Ciências	Inglês	Valores Humanos	Biologia
3ª	X		X					X
4ª	X	X	X	X				
5ª	X						X	
6ª			X		X			
7ª		X	X	X		X		
8ª			X		X			
9ª	X	X	X					

Tabela 1: Relação de planos de ensino das disciplinas disponibilizados para análise. Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

É importante destacar que a Escola Y atende alunos de 6 anos (1º ano do Ensino Fundamental) até as turmas de 14 anos (9º ano do Ensino Fundamental). No entanto, os planos disponibilizados para análise e leitura foram somente os demonstrados na tabela anterior. A

gestão da escola deixou claro que para análise a ser feita, os planos fornecidos eram suficientes para que tivéssemos uma visão ampla dos temas contemplados nos planos de ensino.

Vale salientar que não tivemos acesso aos planejamentos diários ou semanais dos professores, até mesmo porque eles não são cobrados pela supervisão da escola como uma rigorosidade no processo educacional. Ficou claro que as ações pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar são pautadas nos planejamentos anuais, ou seja, nos planos de ensino. Nos documentos fornecidos e analisados não há vestígios de EA, concebida como um componente interdisciplinar e transversal.

Essa análise já permite antever que a EA, na modalidade interdisciplinar, ainda não se tornou uma realidade no currículo da Escola Y, pois muitas outras condições devem ser satisfeitas anteriormente. E aí vem a pergunta fatal: por onde começar, para que essa mudança se torne possível? Pelo salário dos professores? Pela mudança do currículo? Pela administração da escola? Por onde?

O que podemos perceber ao analisar os planos de ensino é que o cotidiano da escola já possui uma prática pronta e acabada, que pode até mesmo ser considerada como um isolamento das disciplinas, ou seja, elas não conversam entre si, não se interagem e nem trocam experiências.

Até mesmo o item “Instrumentos avaliativos”, não contempla a autonomia docente, uma vez que os mesmos obedecem a modelos próprios, conforme a organização da escola.

3.3 - Atas de reuniões acadêmicas

Para se chegar à conclusão da análise das atas escolares, reiteramos o que já foi dito anteriormente. Tivemos acesso a esses documentos, somente para que fosse feita a leitura e análise dos dados. Em nenhum momento, foi permitido pela gestão da escola xerocar ou anexá-los nesta dissertação.

Após a averiguação das atas escolares, aproximadamente, 16 atas, sendo 04 anuais, verificamos que não há nenhum registro de atividades desenvolvidas no cotidiano escolar sobre a EA. O registro das mesmas deixa claro que, os assuntos contemplados são voltados especificamente para a conduta de alunos, nomeação dos integrantes do Colegiado Escolar, do Grêmio Estudantil, Sistemas de Avaliação, resolução de problemas disciplinares. Pouco foi registrado das ações cotidianas pedagógicas da escola.

Exemplificando, relata-se abaixo o conteúdo de uma das reuniões:

“A reunião começou com a palavra da Diretora, que expôs aos presentes a importância das reuniões para o desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas no dia a dia da escola, por serem contempladas no Projeto Político Pedagógico. Ela enfatizou ainda que o bom andamento da escola depende fundamentalmente da participação coletiva de todos os envolvidos na comunidade escolar. Em seguida, apresentou o Projeto Político Pedagógico, explicando que o mesmo deve ser atualizado anualmente, acompanhando as necessidades da escola. Sua essência é mutável, transitória e o mesmo nunca pode ser visto como um instrumento estático, terminado, pois seu aperfeiçoamento deve ser constante. Apresentou os projetos que constam neste documento. Em seguida, a diretora apresentou alguns slides com o conteúdo dos projetos do PPP. Disse que a necessidade da escola envolve principalmente o desenvolvimento de projetos voltados para a aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática que são os principais conteúdos das avaliações externas. Também mencionou os projetos de Valores Humanos que também devem estar voltados para a disciplina. Os profissionais puderam discutir sobre alguns pontos relevantes da organização escolar e fizeram referência a algumas sugestões que poderão colaborar com a atuação do bibliotecário e disciplinário. A diretora enfatizou que gostaria que fossem trabalhados os mesmos projetos, mas que fossem atualizados e envolvessem a participação dos pais na escola. A reunião também enfatizou a importância da intervenção pedagógica e projetos escolares de reforço (...). A diretora encerrou a sessão agradecendo a participação e presença de todos. Após ser lida e aceita esta ata, será devidamente assinada por mim, secretária escolar e os demais membros titulares e suplentes que estiveram presentes na sessão.” (Trecho retirado da Ata da Escola Y, pág. 56.).

Em relação ao registro das atividades pedagógicas, percebemos que a diretora enfatizou apenas os projetos de reforço e outros de Língua Portuguesa e Matemática desenvolvidos pela escola em parceria com a Secretaria Municipal de Educação: um sobre a conscientização do Dia D (Dia da Dengue) e o outro sobre os Agentes do Meio Ambiente (AMA).

Os registros sobre o Dia D foram sobre o momento de passeatas, caminhão de som, buzinação, distribuição de panfletos sobre a conscientização do destino correto do lixo para que os mesmos não acumulem água. O que ficou claro nesta análise é que as atividades aconteceram no dia programado e que depois nada mais foi trabalhado em sala de aula.

Quanto ao projeto dos Agentes do Meio Ambiente, foram encontrados somente dois registros de atividades extraclasse realizados pelos integrantes do projeto. O registro encontrado foi feito pela professora que denominamos como “Estrela” para que a identidade da mesma seja preservada, onde ela registra que no dia cinco de junho de 2015, os alunos foram convidados a participarem de uma feira cultural onde foram expostos os materiais confeccionados nas oficinas do projeto.

Outro registro bastante curioso, foi sobre a dificuldade da professora Estrela em

retirar os alunos de sala de aula para que fossem participar desse evento e de outros programados por ela no horário extra turno. A mesma, na ata relata que, os professores regentes às vezes criam dificuldades para liberarem os alunos (como: provas no horário das aulas do projeto, trabalhos, explicação de conteúdos novos) para que possam desenvolver outras atividades fora da sala de aula, até mesmo em eventos externos para que represente a instituição em que estudam.

Relata também que não há uma integração posterior desses mesmos professores para que haja uma continuidade do aprendizado adquirido no projeto, em termos gerais, os alunos integrantes do projeto não conseguem fazer a multiplicação do que aprenderam para os demais por não terem liberdade ou envolvimento dos professores para tal. A constatação se faz pertinente uma vez que não foram encontrados registros da continuidade dessas atividades nos demais documentos da escola utilizados para essa pesquisa.

3.4 - Materiais produzidos para propagar eventos sobre o meio ambiente.

A escola como um todo procura desenvolver ações diversificadas e com objetivo de cumprir as metas estabelecidas junto à SEMED e aos objetivos propostos no PPP, ela faz um trabalho conjunto com as famílias que de certa forma, com as ações que são desenvolvidas no decorrer do ano letivo leva ao entendimento que a instituição trata das questões ambientais somente em datas específicas.

Segundo dados fornecidos pelo PPP, em relação aos eventos da escola sobre o meio ambiente, cerca de 86% das famílias percebem que a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente são trabalhadas em todas as turmas da escola, diante do acompanhamento que fazem das tarefas escolares de seus filhos, como mostra a tabela a seguir:

ATRAVÉS DO DIÁLOGO E ACOMPANHAMENTO DAS TAREFAS DOS ALUNOS É POSSÍVEL PERCEBER QUE A ESCOLA Y ABORDA O TEMA SUSTENTABILIDADE E OUTROS TEMAS VOLTADOS PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE?					
TURMAS	SIM	RARAMENTE	NÃO	NÃO RESPONDEU	TOTAL
1º ANO	62	5	0	0	67
2º ANO	72	4	1	0	77
3º ANO	40	10	3	0	53
4º ANO	72	7	3	0	82
5º ANO	92	6	2	4	104
6º ANO	95	8	1	1	105
7º ANO	65	14	2	1	82
8º ANO	56	13	3	0	72
9º ANO	80	10	5	3	98
SOMA	634	77	20	9	740
%	85,68	10,41	2,70	1,22	100,00

Tabela 2: Acompanhamento das tarefas diárias

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Y, p. 51, 2015.

Percebemos que muitos pais acreditam que a escola desenvolva a EA em seu contexto. Entretanto, a família apenas reconhece atividades soltas, sem o enfoque especial dado pela EA. É de fato um grande desafio focar o tema meio ambiente na escola, com mais complexidade. Por isso, é possível compreender, diante da proximidade da família e da escola que a família acredita na importância da EA na escola. Assim, tais informações são dados preciosos para que possamos avaliar o êxito da EA como proposta educacional compatível com a realidade da Escola Y.

Ainda sobre os eventos promovidos pela escola, no PPP ficou explícito que os alunos entendem sobre sustentabilidade e isso, está implícito no gráfico abaixo:

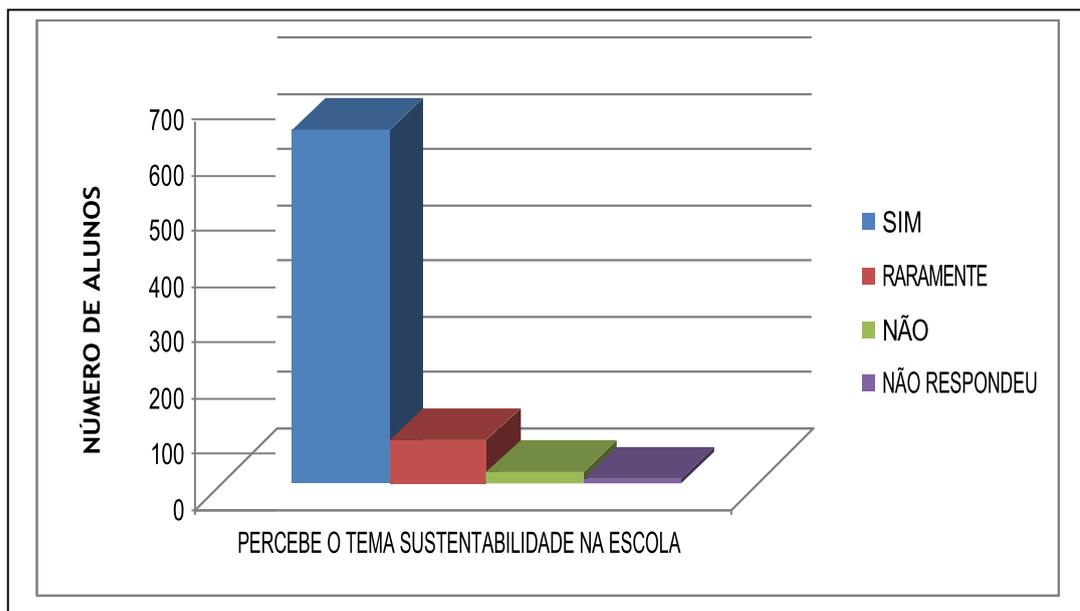


Gráfico 2: Tema Sustentabilidade na Escola.

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Y, p. 52, 2013.

Entendemos que, por meio de apenas um projeto específico que contempla a sustentabilidade e o meio ambiente, a comunidade escolar entende que o trabalho de conscientização é realizado, embora não seja em nenhum momento contemplada na grade curricular da escola.

Acreditamos que pelo perfil apresentado, a escola deve desenvolver ações sistemáticas e permanentes em relação à EA, tendo em vista toda comunidade escolar acreditar neste tema transversal enquanto responsabilidade social, na prevenção do meio ambiente mediante os cuidados cotidianos com o meio ambiente e com a sustentabilidade.

Ainda sobre o meio ambiente, chamamos a atenção para o Artigo 27 da LDB, pois nele trata a difusão de valores fundamentais para o interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática. Essa norma é fundamental para um trabalho íntegro que visa a formação de condutas de qualquer cidadão crítico e atuante na sociedade em que está inserido. (BRASIL, 1996).

Em consonância com a LDB, o artigo 2º da Lei 9795/99 nos diz que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. (BRASIL, 1999).

Ressaltamos a questão da importância da conscientização para a oferta da EA citada no artigo descrito acima, para que não fique somente em projetos trabalhados esporadicamente na escola, mas como uma necessidade pedagógica inserida em todas as áreas do conhecimento.

Neste sentido, destaca-se a importância da EA nos currículos escolares, justificando um conhecimento fundado no respeito ao meio ambiente. Isso importa frisar que a escola carece de conhecimento, pois grande parcela das pessoas sequer sabe que a EA está presente no cotidiano, uma das razões pelas quais deixam de enfatizá-la no dia-a-dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se você tem metas para um ano, plante arroz; Se você tem metas para 10 anos, plante uma árvore; Se você tem metas para 100 anos, então eduque uma criança. Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o meio ambiente.

Confúcio

Esse estudo focou a EA como tema transversal em uma escola pública de Uberaba, Minas Gerais. Documentos externos (LDB/96 e a Lei 9.795/99) foram examinados naquilo que eles regulam a EA. Do mesmo modo, documentos internos (PPP, planos de aula e outros registros disponíveis na escola) naquilo que expressam e confirmam atividades relativas à EA.

Por implicar em um trabalho pedagógico interdisciplinar, já que a transversalidade cruza e perpassa as disciplinas estanques e isoladas, para considerá-las no seu conjunto e em suas implicações na sociedade, assim como para refletir sobre os valores provocam condutas que formam para a vida social, a educação ambiental, sem algumas condições especiais, depende bastante de uma gestão diferenciada na escola.

Na instituição escolar que houver forte interesse e iniciativa pessoal do gestor, a possibilidade da transversalidade tornar-se efetiva aumenta significativamente. Esse fato foi constatado e apontado por Lúcia (2014) na cidade de Araxá, em uma pesquisa na temática “educação para o trânsito”.

As catástrofes alarmantes nas últimas décadas na cidade e no mundo, de maneira geral, não foram suficientes para mobilizar a sociedade e a escola em torno de um projeto educacional que levasse seriamente em conta a conservação do meio ambiente. A escola como uma instituição instalada dentro da sociedade é função e resultado dessa mesma. Como tal, ela não pode ser execrada, por não estar mobilizada para a Educação Ambiental. É a sociedade que não desconfiou ainda que esse trabalho é decisivo para a preservação da vida no planeta Terra.

Os estudos bibliográficos possibilitaram-nos enxergar a educação como uma atividade que forma valores e condutas, além de informar sobre fatos e conhecimentos disponíveis. Perceber que valor, por exemplo, implica no exercício da racionalidade, mas também dos afetos, é um aspecto importante para a fundamentação da Educação Ambiental.

Não basta informar os alunos sobre os problemas do meio ambiente; é preciso formar neles o cuidado e o respeito pelo meio ambiente e pela vida. Esse fato tem sido negligenciado na educação ambiental. A formação de condutas que preservem o meio ambiente é de

fundamental importância.

Percebemos que mesmo com a existência das leis e das políticas públicas existentes, a escola estudada não demonstra tanto interesse pelo tema, uma vez que, em seu projeto político pedagógico é citado somente um projeto que abrange a temática em todo o seu segmento.

Notamos ainda que há fragilidades na lei, fato que dificulta sua aplicação, pois a falta de operacionalidade induz à não aplicação. A Educação Ambiental subjacente nos Temas Transversais não ganhou a importância de que precisa. Por essa razão, pesa no ombro do gestor o ônus de implementar aquilo que não foi adequadamente explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ainda que como tema local, cabendo assim, mais uma vez, a ele gestor escolar e sua equipe docente, decidir se aplica na prática cotidiana da escola ou não.

A LDB pouco ressalta a importância do tema da EA. A presença da EA, com suas ações positivas e sua atuação sistêmica, pode ganhar mais ênfase na escola. Por essa razão, a valorização do meio ambiente favorecerá a criação de espaços participativos de educação para a sustentabilidade socioambiental e a construção de novos arranjos educativos locais.

Projetos especiais, tais como, o “Mais Educação”, encontrado na Escola Y, podem provocar uma importante ruptura no atual modelo de gestão das políticas públicas da educação, sobretudo, quando a referência é a Educação Ambiental. Quando existem, eles revelam o interesse especial do gestor da escola e o resultado pode ser constatado nas atividades pedagógicas.

Dentre os documentos disponibilizados para a realização dessa pesquisa, especialmente o Projeto Político Pedagógico, o projeto “Mais Educação” contempla atividades que visam a formação para a preservação do meio ambiente. Na escola Y, ele é o projeto que contempla e propõe atividades que envolvem a questão ambiental.

Apesar de sua existência na Escola Y, entretanto, os registros escolares pesquisados não confirmaram a materialidade de atividades voltadas para a formação sobre a preservação do meio ambiente. Ficou claro assim que a gestão, além de mobilizar o pessoal da instituição, precisa também garantir que o projeto seja executado, para não se tornar mais um texto descolado da vida da escola.

Como pôde ser observado no capítulo 3 dessa dissertação, os trabalhos realizados não eram os mesmos previstos no projeto proposto. As atas das reuniões e os planos de ensino deixam dúvidas e não apresentam registro de atividades desenvolvidas, voltadas para a questão ambiental enquanto tal.

Em resumo, ainda que não tenha havido uma descoberta inusitada nessa pesquisa,

ficou claro que Lúcia (2015) tem razão, quando afirma que a presença de um gestor envolvido com educação ambiental faz uma grande diferença, mas ficou claro também em nossa pesquisa que, além de propor, a gestão deve implementar verdadeiramente o projeto proposto.

A política educacional sai do papel, quando sua recepção pela sociedade for realmente efetiva e robusta. No Brasil não faltam leis e projetos importantes, mas falta sim uma recepção consciente da sociedade, de modo a efetivar aquilo que se tornou consenso ou lei. A Lei 9.795/99, infelizmente, continua dormente no texto publicado pelo poder executivo brasileiro em 27 de abril de 1999.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Paulo Bessa. **Direito Ambiental**. 7º ed., revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Lúmen juris, 2004.

BARROSO, João (1992) “**Fazer da Escola um Projecto**”, in Rui Canário (org.) Inovação e Projecto Educativo de Escola, Lisboa: EDUCA

BARNES, Jonathan (Org.). **Aristóteles**. Tradução de Ricardo Hermann Ploch Machado. Aparecida SP: Ideias e Letras, 2009.(Coleção Companions & Companions).

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, Brasília: MEC, 1996.

_____ **Lei n. 9.795** de abril de 1999. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.html, acesso em 17 de setembro de 2015.

DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; UNESCO, 2006.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9. ed. São Paulo: Editora Gaia, 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia**. 6ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Autonomia da escola. Princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: Unesco, 2009.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: da facticidade à validade**. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

IBERNÓN, F. **Educação do Século XXI – Os desafios do futuro imediato**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas. 2000.

IMMORDINO-YANG, M. H.; DAMASIO, A. We Feel, therefore, We Learn: the Relevance of Affective and Social Neuroscience to Education. **Journal Compilation**, v. I, n. 1,

International Mind, Brain and Education Society and Blackwell Publishing Incorporation, 2007, p. 1-9.

KOHLBERG, Lawrence; HERSH, Richard H. **Moral Development: a Review of the Theory, Theory into Practice**, v. 16, n.2, Abr./1977, p. 53-59.

LASSWELL, Harold Dwight. **The Structure and Function of Communication in Society: The Communication of Ideas**. New York: Institute for Religious and Social Studies, 1948, p. 117.

LÚCIA, Maria das Dores. **Educação para o Trânsito: o Novo Desafio Pedagógico**. Uberaba: Dissertação de Mestrado. PPGED. 2014.

MACEDO, B. **A Construção do Projecto Educativo de Escola. Processos de definição da Lógica de funcionamento da Escola**. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa, 1995.
MILLER JR., G. T. **Ciência Ambiental**. 11. ed. Tradução de All Tasks. São Paulo: Thomson, 2007.

NOBRE, Antônio D. **O Futuro Climático da Amazônia: relatório de avaliação científica**. Disponível em <http://www.isa.to/1tmt42X>, acesso em 15 de setembro de 2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília, MEC, 1997.

PETERS, B. Guy. **American Public Policy: Promise and Performance**. Los Angeles: Sage, 2013.

PPOPPER, Karl. **Conjecturas e Refutações**. Brasília: Editora da UnB, 1984.

PRADEL, Claudia; DAU, Jorge A. T. A educação para valores e as políticas públicas educacionais. **Ensaio**, n. 64, v. 17, jul./set., 2009, p. 521-548.

PRESS, F. *et al.* **Para Entender a Terra**. 4. ed. Trad. Rualdo Menegat. Porto Alegre: Bookman, 2006.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Trad. Almiro Pisetta. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Roldão, M. C. (2000a). **Os Professores e a Gestão do Currículo**. Porto: Porto Editora

Roldão, M.C. (2000b). **A problemática da diferenciação no contexto das políticas educativas actuais**. In M. C. Roldão e R. Marques (Orgs.). **Inovação Currículo e Formação** (pp. 121- 133). Porto: Porto Editora. http://www.sper.pt/IICER/pdfs/Tema3/F_Sousa.pdf [acesso em 23-02-2014]

RODRIGUES, N. Da mistificação da escola à escola necessária. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 54).

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

_____. **Saberes e Incertezas sobre o Currículo.** Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: ARTMED, 2013.

SÉGUIN, Elida. **O Direito Ambiental: nossa casa planetária.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SQUIRE, L. R.; KANDEL, E. R. **Memória: Da Mente às Moléculas.** Trad. Carla Dalmaz. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

THEODOULOU, Stella Z.; CHAN, Matthew A. **Public Policy: The Essential Readings.** Boston: Pearson, 2013.

VEIGA, I. P. A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: _____ **Escola: espaço pedagógico do projeto político-pedagógico.** 5.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

_____. (Org.). **Projeto Político-pedagógico da Escola: uma construção possível.** 29. ed. Campinas: Papyrus Editora, 2011.

ANEXOS

ANEXO 01 – PROJETO ESPAÇO DE DIVERSIDADE, CULTURA E CIDADANIA

PROJETO ESPAÇO DE DIVERSIDADE, CULTURA E CIDADANIA ESCOLA Y

COORDENADORA: Equipe gestora.

AUTORES: Equipe gestora e pedagógica.

DURAÇÃO PREVISTA: 2014 – 2016

META Nº 10:

100% das escolas municipais participam, em consonância com seu projeto político-pedagógico, dos projetos socioeducativos e culturais promovidos pela SEMED

ESTRATÉGIAS:

Garantir que no redimensionamento do PPP da escola haja consonância com os projetos promovidos pela SEMEC

Incentivar a participação de todos nos projetos socioeducativos e culturais promovidos pela SEMEC relacionados ao Projeto Político Pedagógico e outros de interesse.

INTERDEPENDÊNCIA COM OUTROS PROJETOS:

PROJETO: SUCESSO ESCOLAR X INTERVENÇÕES NO CONTEXTO DA SALA DE AULA

PROJETO: BIBLIOTECA ATIVA – UMA OPORTUNIDADE DE CRIAR PROJETO: FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO

I JUSTIFICATIVA

Vivemos numa era de grandes progressos científicos e avanços tecnológicos, que criam expectativas e oferecem novas possibilidades, mas também, apresenta novas demandas e define exigências para nossos jovens. À escola, tal contexto impõe uma revisão de currículos, propostas e projetos que orientam o trabalho cotidianamente realizado.

Visto que, o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e de seus grupos sociais amplia-se ainda mais e aponta para a necessidade de se estabelecer novos parâmetros na formação de jovens cidadãos que convivem, atualmente, em uma sociedade plural e democrática que se propõe a respeitar as diferentes “tribos” e a cultura que as constitui.

Porém, sabe-se que, em uma sociedade com características tão diversas, a convivência entre grupos diferenciados, tanto social quanto culturalmente, muitas vezes é marcada pelo preconceito e pela discriminação.

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável de nossa identidade e apresentar aos alunos a riqueza representada pela heterogeneidade que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro.

Nesse sentido, a escola, como espaço público, deve ser local privilegiado de aprendizagem de regras sociais que propiciem a coexistência, em igualdade, dos diferentes, de modo a investir na valorização dos grupos que compõem a sociedade e na superação de qualquer tipo de discriminação.

De acordo com o PCN,

O trabalho com Pluralidade Cultural se dá a cada instante, e exige que a escola alimente uma “Cultura da Paz”, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos e na noção de cidadania compartilhada por todos os brasileiros. O aprendizado não ocorrerá por discursos, e sim num cotidiano em que uns não sejam “mais diferentes” do que os outros. (BRASIL. 1998. Volume 10. p.117)

Portanto, em uma proposta curricular voltada para a cidadania, o respeito às diferenças, à valorização e reconhecimento dos diferentes, o tema da Pluralidade Cultural ganha especial significado ao propiciar elementos para que crianças e jovens estabeleçam relações entre sua vida cotidiana, a democracia e a consolidação de direitos, mediante a coexistência pacífica e respeitosa de grupos e comunidades étnicas diferentes e seus conhecimentos e culturas produzidas ao longo das suas histórias, fruto da singularidade desses processos em cada grupo social: formas de subsistência, organização social e política, relações com o meio e com outros grupos, etc.

Na vivência e convivência com a pluralidade e na aprendizagem do reconhecimento, da valorização e do respeito às diferenças os alunos, na escola, precisam ter a oportunidade de conhecer, apreciar e desenvolver cultura a partir de ações que integrem o perceber, o pensar, o aprender, o recordar, o imaginar, o sentir, o expressar, o comunicar.

Na compreensão de que, conforme aponta o PCN,

É sabido que, apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do país consigo mesmo, é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais como em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. (BRASIL. 1998. Volume 10. p.122).

Desse modo, entende-se aqui que mediante a elaboração de ideias, sensações, hipóteses e esquemas pessoais o aluno vai organizando seu pensamento, formando-se e transformando informações em conhecimentos. Sendo assim, capaz de interagir positivamente com a diversidade manifestada no processo social de viver e conviver com o diferente e as diferenças. Pois que, quando se propõe o conhecimento, reconhecimento e valorização da pluralidade cultural brasileira, não se pretende deixar de lado a desigualdade produzida, ao longo de séculos, na relação de poder, dominação e exploração socioeconômica e política autoritária que marca a sociedade. E não pode ser entendida fora do contexto em que acontece, visto que são constituídas por ele, em um permanente processo de reformulação.

Assim, apesar de tantas questões, a consideração e envolvimento da escola no campo sociocultural, mediante o desenvolvimento de ações articuladas ao atual contexto e às necessidades educativas da comunidade escolar, podem propiciar o enriquecimento de cada um, em particular, e do coletivo como um todo. O que pode contribuir para as transformações necessárias à construção de uma escola qualidade e de uma sociedade mais justa e igualitária.

II FINALIDADE

Considerando que a escola é o lugar social privilegiado para a construção da identidade cultural dos jovens cidadãos, a finalidade deste projeto é contribuir na construção de novos olhares e espaços educativos, para que os alunos ampliem sua visão de mundo, valorizando as diferentes manifestações culturais e sociais de seu entorno e de outras

localidades a partir da interação entre educação, cultura e consciência cidadã.

Desse modo, o presente projeto propõe a realização de ações inter e transdisciplinares que possam contribuir no desenvolvimento de práticas pedagógicas fundamentadas nos aspectos socioculturais e de cidadania, para que, de maneira integrada aos conteúdos curriculares, estas possam propiciar cotidianamente a melhoria do processo de aprendizagem e a construção de valores mais éticos e humanos. Visto que, todos na escola convivem com a diversidade e poderão aprender com ela.

Sabendo-se que,

Compreender a elaboração de projetos que possibilitem experiências de vida e atuação no campo social, na escola ou a partir dela, ajudam o estudante a entender mecanismos de funcionamento do poder, seu sentido ético, e ampliar essa compreensão, paulatinamente, até a elaboração de leis, de planos de governo, negociações intra e extrapartidárias, ou seja, do sistema político em que vive. Nesse sentido, o professor deverá cooperar, ao mesmo tempo que aprende com o restante da classe. Observe-se que essa vivência, em si, será extremamente importante, por trazer para o aluno a possibilidade de constatar que a sociedade se apresenta, em sua complexidade, como um constante objeto de estudo e aprendizagem, em que todos sempre têm a aprender. (BRASIL. 1998. Volume 10. p.140).

Tal compreensão exige, portanto que a escola se reconheça como espaço de pluralidade e se abra às novas possibilidades de aprendizagem. E, assim, se prepare adequadamente para que, no século XXI, possa efetivamente contribuir na transformação das tantas informações disponíveis e que, em geral, são indevidamente respondidas ou mesmo ignoradas, em conhecimento e compromisso político-pedagógico.

III OBJETIVOS

Em consonância com as atuais Matrizes Curriculares da Rede Municipal de Ensino, e na compreensão de que o desenvolvimento de ações que priorizem as relações interpessoais, a interação, comunicação e a expressão podem possibilitar, aos jovens estudantes, uma aprendizagem mais significativa mediante a manifestação de suas ideias e ideais, temos como objetivos:

3.1 GERAL

Reconhecer e valorizar a escola como espaço de construção de aprendizagens mais significativas que pode propiciar, aos seus alunos, conhecer, discutir e analisar a ampla diversidade sociocultural brasileira, de modo a vivenciar cotidianamente sua cidadania, mediante o estabelecimento de novas relações e o desenvolvimento de valores mais éticos e humanos, voltados para o respeito ao outro, a si mesmo e aos Direitos Universais da Pessoa Humana.

3.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Possibilitar a criação de novos espaços de aprendizagem, interação e diálogo para estimular a convivência harmoniosa entre todos os membros da comunidade escolar.
- ✓ Respeitar, mediante os combinados da classe, e da escola como um todo, o direito de expressão de cada um, compreendendo a importância da expressão pessoal para a construção coletiva.
- ✓ Identificar e valorizar as manifestações artísticas e culturais presentes no dia a dia da escola e da comunidade na qual se insere.

- ✓ Desenvolver atividades em que haja criação, criatividade e intercâmbio das diferentes manifestações artísticas: música e dança, música e teatro, poema e dança, poema e teatro, música e pintura, etc.
- ✓ Promover encontros de música, de dança, de teatro, saraus literários, contação de histórias, entre outras atividades, integrando diferentes manifestações artísticas e pessoas em momentos culturais, festivos ou dias cívicos;
- ✓ Ouvir, cantar e analisar músicas, danças e canções prestigiadas por seu grupo social e/ou valorizadas por outros grupos, de diferentes estilos, gêneros e épocas, principalmente aquelas representativas da cultura brasileira, para criar e/ou reconstruir, coletivamente, coreografias, a partir de músicas e danças investigadas;
- ✓ Formar pequenos corais ou grupos de dança, teatro, música, contação de histórias, para os alunos apresentarem suas produções, mediante a elaboração de efeitos, sonoplastias e sequências sonoras que dialoguem com outras linguagens artísticas, como a literatura, o poema, as artes visuais, o teatro, a dança, etc.
- ✓ Propiciar aos alunos espaços e tempos, para se manifestarem a respeito da cultura brasileira, das artes da literatura, das músicas e dos filmes vistos, de maneira a compreender a arte e a cultura como linguagens que propiciam e a experimentação, criação e análise de músicas, artes visuais, teatro e danças.

IV SISTEMÁTICA OPERACIONAL

O trabalho com projetos é o tipo de atividade que encanta e desafia os alunos pela oportunidade de trabalhar com autonomia ao tomar decisões, escolher temas e planejar ações a serem desenvolvidas, sob orientação do professor (a), a partir de práticas que criam correspondência com situações sociais reais, integrando ações entre as diferentes disciplinas e temas atuais.

De acordo com o PCN, Volume 07, (BRASIL. 1998. p. 101-103), *o trabalho por projetos pode contribuir para um maior envolvimento e participação dos alunos, visto que a proposta possibilita autonomia e planejamento conjunto.*

Assim, os projetos são muito adequados para que se abordem variados temas, as linguagens artísticas, as relações interpessoais, as diferentes habilidades, de maneira que a prática pedagógica passe a contar com a participação ativa dos alunos, professores e demais envolvidos, desde o planejamento, realização de pesquisas, leituras e produções variadas para que todos possam compartilhar saberes e conhecimentos construídos.

Compreende-se assim que, o trabalho por projetos pode contribuir para o desenvolvimento de uma prática pedagógica interdisciplinar ao envolver o trabalho com muitos conteúdos organizados em torno de uma culminância ou produto final, orientado por questões significativas e pesquisas que despertem o interesse dos alunos.

Portanto, na compreensão de que cabe à escola ampliar os espaços e as oportunidades de maior participação dos alunos, famílias e toda a comunidade escolar em suas práticas culturais e sociais, é que aqui se propõe o desenvolvimento das seguintes ações.

REVELANDO TALENTOS:

Organização e desenvolvimento de atividades relacionadas ao teatro, declamação, música e dança, para a formação de grupos de estudo, pesquisa e produção artísticas e culturais, nas áreas selecionadas, com alunos de diferentes turmas/idades. Está prevista a orientação e colaboração de voluntários e parceiros. A proposta teria como culminância a *Noite de Talentos e o Sarau Literário*, dentro da proposta de leitura - EMGF – Escola que lê..

CULTIVANDO A PAZ:

Planejamento e desenvolvimento de ações sistemáticas e permanentes que propiciem à toda a comunidade escolar a participação efetiva, no contexto da escola, como agente de responsabilidade social, na prevenção/combate à violência e ao Bullying e de responsabilidade ambiental mediante os cuidados cotidianos com o meio ambiente e a sustentabilidade.

Assim, estão previstas a realização de palestras, mesas-redondas, debates e oficinas pedagógicas organizadas com temas relacionados às questões propostas, mediante a colaboração de parceiros e voluntários.

FAMÍLIA E ESCOLA: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA:

Na compreensão da urgência do estabelecimento de uma parceria responsável entre família e escola, que precisa ultrapassar a ideia de que a participação familiar se restringe à presença dos pais em reuniões bimestrais, nas quais apenas uma minoria comparece, ou em situações festivas, percebe-se a necessidade de estreitar os laços e propor uma aproximação efetiva, mediante o estabelecimento de ações que sensibilizem e chamem a família à reflexão e ao debate corresponsável sobre as sérias questões presentes no âmbito da qualidade da aprendizagem e do processo formativo que o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar propõe.

Visto que a participação da família na escola tem implicações diretas na formação cognitiva, social e emocional das crianças e jovens, pois na medida em que essa relação se fortalece criam-se condições mais adequadas o seu desenvolvimento ético e humano.

Portanto, é papel da escola criar condições para a existência de um ambiente acolhedor para a sua comunidade, de maneira que os pais se sintam convidados ao debate sobre o olhar das relações entre escola e família, promovendo assim, a construção de alternativas viáveis para concretização de seus objetivos.

Assim, a proposta é que sejam desenvolvidas, mensalmente, palestras, mesas-redondas, debates e oficinas pedagógicas organizadas pela escola, com temas relacionados às questões que envolvem a parceria família e escola. Estão previstas, para o desenvolvimento destas ações, a colaboração de parceiros e voluntários, inclusive convidados entre os pais e familiares.

CIDADANIA EM FOCO NA ESCOLA Y:

Proposta de realização mensal de momentos cívicos, com apresentações preparadas pelos professores e suas turmas e, ainda, a confecção de murais e painéis relacionados às datas comemorativas, previstas no calendário escolar.

TRILHAS EDUCATIVAS:

Planejamento, pelos professores, de roteiros educativos culturais, ambientais, histórico científico, turísticos, etc., elaborados em parceria com empresas e instituições, para receberem alunos da Escola Municipal Gente Feliz, em visitas de estudo de campo - pesquisa histórica, científica, cultural e ambiental, relacionadas aos temas de estudo.

A proposta tem o objetivo de enriquecer as atividades de diferentes componentes curriculares e proporcionar aos alunos a vivência e o conhecimento de outros espaços educativos e de novas formas de aprender, sobre temas variados, como a preservação do bem público, do meio ambiente e a valorização da cultura local.

Previsão de uso do transporte oferecido pela SEMEC-PMU.

ESCOLA Y EM FESTA:

Proposta de realização de momentos festivos, com a participação de toda a comunidade escolar, parceiros e voluntários, de maneira a promover a integração, incentivar a convivência de todos e ampliar os laços na parceria entre a família e a escola.

Propõe-se, para tanto, as seguintes comemorações: Semana da família na escola, Festa Junina; Semana do Estudante, Baile da Primavera (com festival do sorvete), Semana das crianças.

VIVENCIANDO E BRINCANDO COM AS PALAVRAS MÁGICAS:

A equipe de professores do Anexo da EY, onde se concentram as classes de 1º ano do Ensino Fundamental, propõe uma ação específica para os alunos desta faixa etária. De acordo com as justificativas apresentadas, vivemos em uma sociedade em que nossas crianças estão aprendendo que ter é muito mais importante que ser, onde a competitividade parece já ser estimulada no berço, gerando assim crianças intolerantes e irritadiças. Violência e falta de limites são outras variantes que tem preocupado diariamente o grupo. Atualmente, a maioria das crianças não possui incentivo e orientação necessária, para se tornarem cidadãos conscientes e transformadores. Acredita-se que ao compartilharem experiências podemos transformar a realidade de nossos alunos para a apropriação dos valores humanos necessários ao desenvolvimento de suas ações e nas regras de convivência em grupo. Compreender a importância do outro, dos direitos e deveres, do respeito às coisas e pessoas que estão na escola e do respeito ao meio em que se vive, é o grande objetivo desta ação proposta.

Obs: A sugestão é que sejam criadas comissões, com a participação efetiva de professores, demais funcionários, equipe pedagógica e Gestora que, de acordo com suas áreas de trabalho ou de interesse, sejam responsáveis pelo acompanhamento, desenvolvimento e avaliação constante dos subprojetos.

CRONOGRAMA

PERÍODO AÇÕES	2013		2014		2015		2016	
	1º Sem	2º Sem	1º Sem	1º Sem	2º Sem	2º Sem	2º Sem	2º Sem
Revelando talentos:		X	X	X	X	X	X	X
Noite de Talentos								
EMGF – Escola que lê: Sarau literário		X				X	X	X
Trilhas Educativas		X	X	X	X	X		
Cidadania em foco (datas/auditórios)		X	X	X	X	X	X	X
Cultura da paz:		X	X	X	X	X		

Família na escola: uma aproximação necessária.		X	X	X	X	X	X	X
EMGF em Festa		X	X	X	X	X		
Vivenciando e brincando com palavras mágicas	X	X	X	X	X	X	X	X

V ESTIMATIVA DE INVESTIMENTOS

5.1 RECURSOS HUMANOS

Comunidade escolar, famílias, alunos, parceiros, voluntários amigos da escola (palestras, oficinas, professores e profissionais convidados).

5.2 RECURSOS MATERIAIS

- ✓ Material de papelaria;
- ✓ Equipamentos multimídia;
- ✓ Materiais necessários nas oficinas para produção de cenários, figurinos, etc.
- ✓ Transporte para visitas a outros espaços educativos: empresas, instituições, parques municipais, museus, teatro, cinemas, outros.
- ✓ Uso de diferentes espaços: salas de aula, quadras, laboratório de informática, anfiteatro, biblioteca, pátio, outros.

5.3 CUSTO TOTAL DO PROJETO

A definir em época oportuna pelas comissões organizadoras dos eventos.

VI CUSTOS: FONTES E USOS:

Para a viabilização das ações descritas serão utilizados recursos disponíveis oriundos do Governo Federal (PDDE) e municipal (PMDDE).

VII ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

O presente projeto propõe que todas as ações sejam desenvolvidas de forma interdisciplinar, com o objetivo de integrar todas as áreas do conhecimento, inserindo-se no currículo escolar para o enriquecimento da percepção do mundo, aprimoramento do espírito crítico perante situações e informações e, conseqüentemente, contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem, com permanente acompanhamento do seu impacto no desempenho quantitativo e qualitativo dos alunos.

Portanto, as comissões responsáveis por cada ação, terão a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento das ações propostas, que serão, permanentemente, avaliadas por toda a comunidade escolar, ao longo do período de desenvolvimento do projeto

Desse modo, a partir da elaboração de relatórios com as observações, críticas e sugestões de todos os envolvidos, estes deverão ser socializados, bimestralmente, com a equipe escolar, de maneira que suas análises fundamentem a revisão das ações propostas e o planejamento de novas ações, o que poderá contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos.

ANEXO 02 – AGENDA 21 – AGENTES MEIO AMBIENTE

Agenda 21- AGENTES MEIO AMBIENTE

A Agenda 21 pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. A Agenda 21 local é o processo de planejamento participativo de um determinado território. Portanto, a equipe da Escola Municipal Uberaba estabeleceu as ações a seguir:

1. Diagnosticar, juntamente com os alunos, a situação dos espaços em torno da escola, já estabelecendo metas a serem alcançadas, para deixar esses espaços mais limpos e agradáveis.
2. Viabilizar ações de educação ambiental em espaços em torno da escola, utilizando os alunos como multiplicadores de ideias positivas.
3. Elaborar um plano de conscientização dos alunos sobre o uso racional da água. Para isso utilizar de cartazes, palestras e conversas com alunos de cada turma.
4. Promover oficinas com material reciclado para todos os alunos da escola, adequando cada tema de acordo com a idade das crianças.
5. Realizar um trabalho sobre o consumo consciente com os alunos, alertando-os sobre o sério problema de desperdício de comida, mostrando o valor das refeições oferecidas pela escola, diante de um cenário mundial em que muitas crianças ainda passam fome.
6. Realizar uma campanha efetiva com a temática da Dengue.
7. Concretizar o projeto de uma horta e jardim no ambiente escolar.
8. Organizar, a cada semestre, passeios ecológicos que envolvam alunos de todas as turmas da escola.
9. Realizar, todo mês de maio, campanha do agasalho para beneficiar uma instituição carente.
10. Oportunizar palestras sobre os cuidados com animais.
11. Realizar campanha com alunos e professores, para evitar o desperdício de material escolar (papel A4, papel higiênico e materiais de papelaria em geral).
12. Incentivar, no mês de outubro, os alunos do 8º e 9º ano para que esses mobilizem toda a escola para arrecadar brinquedos.
13. Trazer palestrantes para debater questões ambientais como a Água, a Poluição, o Lixo, o Efeito Estufa, Alternativas de Energia.
14. Realizar, de forma permanente, conscientização dos alunos sobre o bom uso dos espaços escolares.
15. Despertar, nos alunos, hábitos para o uso consciente de energia.
16. Utilizar o grupo de Agentes Ambientais para promover ações, no recreio, para conscientizar as crianças de que lixo não se joga no chão.
17. Envolver o Grêmio Estudantil nas atividades propostas.
18. Promover visitas a instituições de caridade (casas de apoio, asilos e creches), para que nossos alunos aprendam a doar tempo e amor para o próximo.
19. Envolver o Grêmio Estudantil nas metas de conservação da escola, mobiliário, paredes, banheiros, laboratórios.
20. Elaborar um projeto constante no PPP sobre Desenvolvimento Sustentável.
21. Estabelecer, no calendário escolar, trabalhos e projetos para as datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente.

ESCOLA Y

GRUPO DE LIDERANÇA: AMA – AGENTES DO MEIO AMBIENTE

PROFESSORA ORIENTADORA: ESTRELA

PLANO DE AÇÃO – 1º SEMESTRE

Objetivos: Viabilizar ações de educação ambiental nas turmas de Ensino Fundamental I e II, utilizando os alunos do grupo Agentes do Meio Ambiente (AMA) como multiplicadores de ideias positivas, com a finalidade de se estabelecer como um grupo de destaque e liderança na escola.

ATIVIDADE	DURAÇÃO	INÍCIO	TÉRMINO	RESPONSÁVEIS	RECURSOS E ESPAÇOS UTILIZADOS
<ul style="list-style-type: none"> • Regras gerais para o grupo • Orientações • O que é um Agente Ambiental • Autonomia – O que é? Saber usar. • O comportamento de um Agente Ambiental • Dinâmica com montagem de 2 maquetes com divisão de 2 grupos: <ul style="list-style-type: none"> ○ - 1 Maquete com ambiente preservado ○ - 1 Maquete com ambiente poluído ○ - Discussão sobre o trabalho executado • Executar rodas de conversa debatendo o tema meio ambiente. • Diagnosticar, juntamente com os alunos, a situação dos espaços em torno da escola, já estabelecendo metas a serem alcançadas, para deixar esses espaços mais limpos e agradáveis. • Avaliar a Agenda 21 da Escola, elaborada no ano de 2014. 	2 primeiros encontros: 18 e 25 de março.	Março	Março	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, , Sala de Multimeios, Sala de Informática.

<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar oficinas de arte ecológica com o reaproveitamento de materiais diversos. • Desenvolver oficinas de arte ecológica com as crianças do tempo integral do período vespertino. • Participar de Encontros da Rede AMA. • Participar de oficinas no CETA (Centro de Educação e Tecnologia Ambiental). • Utilizar o grupo de Agentes Ambientais para promover ações, no recreio, para conscientizar as crianças de que lixo não se joga no chão. 	1 mês	Abril	Abril	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, , Sala de Multimeios, Sala de Informática
<ul style="list-style-type: none"> • Envolver a comunidade escolar com palestras e ações direcionadas para as problemáticas encontradas. • Proporcionar novas oficinas de arte ecológica com o reaproveitamento de materiais diversos. • Realizar um Projeto com alunos do 1º ano 5º ano sobre a Dengue. • Elaborar um plano de conscientização dos alunos sobre o uso racional da água. Para isso utilizar de cartazes, palestras e conversas com alunos de cada turma. 	1 mês	Maio	Maio	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, , Sala de Multimeios, Sala de Informática
<ul style="list-style-type: none"> • Entrar em contato com empresas que praticam ações sustentáveis para viabilizar visitas. • Realizar um trabalho sobre o consumo consciente com os alunos, alertando-os sobre o sério problema de desperdício de comida, mostrando o valor das refeições oferecidas pela escola, diante de um cenário mundial em que muitas crianças ainda passam fome. • Oportunizar palestras sobre os cuidados com animais. 	1 mês	Junho	Junho	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, , Sala de Multimeios, Sala de Informática

ESCOLA MUNICIPAL GENTE FELIZ
GRUPO DE LIDERANÇA: AMA – AGENTES DO MEIO AMBIENTE
PROFESSORA ORIENTADORA: PROFESSORA ESTRELA
PLANO DE AÇÃO – 2º SEMESTRE

Objetivos: Viabilizar ações de educação ambiental nas turmas de Ensino Fundamental I e II, utilizando os alunos do grupo Agentes do Meio Ambiente (AMA) como multiplicadores de ideias positivas, com a finalidade de se estabelecer como um grupo de destaque e liderança na escola.

ATIVIDADE	DURAÇÃO	MÊS	RESPONSÁVEIS	RECURSOS E ESPAÇOS UTILIZADOS
<ul style="list-style-type: none"> • Executar rodas de conversa debatendo o tema meio ambiente. • Produção de carrancas para decoração da Festa da Primavera, utilizando telhas velhas. 	1 mês.	AGOSTO	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrílex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, Sala de Múltiplos Usos, Sala de Informática.
<ul style="list-style-type: none"> • Estudo do Material do Projeto Rios Voadores. • Desfile 7 de Setembro. • Participação de Palestra no Museu do Zebu com demais grupos de Agentes do Meio Ambiente. 	1 mês	SETEMBRO	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrílex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de

<ul style="list-style-type: none"> • Participação dos Agentes do Meio Ambiente no Projeto PROGEA como monitores. 				<p>Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, Sala de Múltiplos Usos, Sala de Informática</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Envolver a comunidade escolar com palestras e ações direcionadas para as problemáticas encontradas. • Realizar um Projeto com alunos do 1º ano 5º ano sobre a Dengue. • Elaborar um plano de conscientização dos alunos sobre o uso racional da água. Para isso utilizar de cartazes, palestras e conversas com alunos de cada turma. • Produção de enfeites de Natal sustentáveis. 	1 mês	OUTUBRO	Professora Estrela e Agentes Ambientais	<p>Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, Sala de Múltiplos Usos, Sala de Informática</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Entrar em contato com empresas que praticam ações sustentáveis para viabilizar visitas. • Realizar um trabalho sobre o consumo consciente com os alunos, alertando-os sobre o sério problema de desperdício de comida, mostrando o valor das refeições oferecidas pela escola, diante de um cenário mundial em que muitas crianças ainda passam fome. • Oportunizar palestras sobre os cuidados com animais. • Produção de enfeites de Natal sustentáveis. 	1 mês	NOVEMBRO	Professora Estrela e Agentes Ambientais	<p>Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiênico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, Sala de</p>

				Multimeios, Sala de Informática
<ul style="list-style-type: none"> • Visita a ETE, ETA ou Aterro Sanitário. • Desenvolver oficinas de arte ecológica com as crianças do tempo integral do período vespertino. • Debate sobre pontos positivos e negativos do Grupo Agentes do Meio Ambiente 2015. • Festa de Encerramento com os alunos integrantes do grupo 	1 mês	DEZEMBRO	Professora Estrela e Agentes Ambientais	Cola, Tesoura, Jornal, Revista, Tinta Acrilex, Verniz, Rolinhos de papel Higiénico, Palito de Picolé, Latinhas de Alumínio, Cartolina, Pincel, Massa de Modelar, Isopor, Sacos plásticos, Luvas, Laboratório de Ciências, Sala de Multimeios, Sala de Informática

ANEXO 03 - PLANO DE ENSINO

Escola Y

PLANO ANUAL DE ENSINO

6º ano

Professores responsáveis: W e X

Disciplina: Matemática

1º BIMESTRE

Eixos Estruturantes	Objetos de conhecimento	Direitos de aprendizagem	Condições didáticas	Recursos didáticos	Instrumentos Avaliativos
<ul style="list-style-type: none"> • Números e operações 	<p>Os números e os sistemas de numeração :</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de numeração Romana - Sistema de numeração decimal <p style="text-align: right;">Números</p> <p>Naturais:</p> <p>Operações com números naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação, radiciação e expressões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escrever os números como os romanos faziam. - Analisar, interpretar e resolver situações-problema, envolvendo os significados da adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais. - Compreender e resolver expressões numéricas com potenciação e radiciação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Cálculo mental: Promover atividades permanentes que apresentam técnicas e procedimentos de cálculo mental em sua resolução (tabuada, raiz quadrada, regras de divisibilidade, múltiplos e divisores) - Lançar desafios contextualizados explorando números naturais e decimais e estimular o aluno a 	<ul style="list-style-type: none"> - Computador, Internet, calculadora como objeto de conferência, livros didáticos e paradidáticos, esquadro, com passo, transferidores, sólidos geométricos de madeira, câmera fotográfica, pen-drive, programas de vídeo, jornais e revistas, jogos e quebra-cabeças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Provas escritas, trabalho individual e em grupo com consulta, apresentações orais, relatórios, tarefas, cadernos completos.

	<ul style="list-style-type: none"> - Propriedade comutativa da adição; - Propriedade associativa da adição; - Propriedade comutativa da multiplicação; - Propriedade distributiva da multiplicação; - Divisibilidade; - Noções de divisibilidade - Múltiplos e divisores de um número; - Critérios de Divisibilidade; - Números primos; - Decomposição em fatores primos; - Mínimo Múltiplo Comum; - Máximo Divisor Comum; - Cálculos e problemas com m.d.c e m.m.c; - Números primos entre si 	<ul style="list-style-type: none"> - Associar a potenciação a situações que representam multiplicações de fatores iguais; - Calcular a raiz quadrada de quadrados perfeitos. - Reconhecer e utilizar propriedades das operações com números naturais. - Reconhecer se um número é, ou não, divisível por outro, aplicando as regras de divisibilidade. - Reconhecer, por meio de regras práticas, se um número é ou não divisor do outro. - Determinar os divisores de um número. - Reconhecer se um número natural é ou não múltiplo de outro; - Determinar o conjunto dos múltiplos de um número natural. 	<p>desenvolver sua própria estratégia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a contextualização do conceito matemático que está sendo trabalhado, criando situações práticas para o aluno compreender como fará uso daquele conhecimento nos contextos sociais onde se insere. - Utilizar jogos e desafios lúdicos, no sentido de aproximar os alunos das estruturas e dos conceitos a serem apreendidos. - Possibilitar que o aluno tenha mais tempo para elaborar os conceitos matemáticos. - Desenvolver projetos didáticos, envolvendo conteúdos diversos. - Promover aulas de revisão de conteúdos e monitoria (realizadas por alunos avançados), como forma de intervenção, junto aos 		
--	--	---	---	--	--

		<ul style="list-style-type: none"> - Saber identificar se um número é primo ou composto. - Determinar o m.d.c de dois ou mais números naturais; - Determinar o m.m.c de dois ou mais números naturais; - Reconhecer quando dois números são primos entre si. 	<p>alunos com desempenho abaixo do esperado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Chamar a atenção do aluno para resolução de situações-problema. - Orientar os alunos para o uso de recursos tecnológicos, como a calculadora, o celular, o computador, que favoreçam uma melhor compreensão dos conteúdos. 		
--	--	--	--	--	--

2º BIMESTRE

Eixos Estruturantes	Objetos de conhecimento	Direitos de aprendizagem	Condições didáticas	Recursos didáticos	Instrumentos Avaliativos
<ul style="list-style-type: none"> • Números e operações 	<p>Números Racionais Absoluto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Idéias de fração; - Fração equivalente; - Comparação de fração; - Comparação de fração de 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os termos de uma fração; - Determinar aplicando a propriedade fundamental, frações equivalentes a uma fração dada; 	<ul style="list-style-type: none"> - Cálculo mental: Promover atividades permanentes que apresentam técnicas e procedimentos de cálculo mental em sua resolução (tabuada, raiz quadrada, regras 	<ul style="list-style-type: none"> - Computador, Internet, calculadora como objeto de conferência, livros didáticos e paradidáticos, esquadro, compasso, transferidores sólidos geométricos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Provas escritas, trabalho individual e em grupo com consulta, apresentações orais, relatórios, tarefas, cadernos completos.

<p>• Espaço e forma</p>	<p>denominadores diferentes; - Fração própria, imprópria e aparente; - Números na forma mista - Operações com frações: Adição e subtração de frações de denominadores diferentes. Produto de fração. Quociente de uma fração por um número natural; Problemas contendo fração.</p> <p>Noções de geometria: Figuras geométricas planas e não planas - Poliedros e não poliedros - Paralelepípedo e cubo - Prisma e pirâmide - Cone, cilindro e esfera Ângulos e retas - Ângulos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Simplificar frações aplicando a propriedade fundamental das frações; - Reduzir frações a um mesmo denominador; - Comparar dois ou mais números racionais; - Efetuar corretamente adição, subtração, multiplicação e divisão de frações; - Resolver problemas contendo fração; - Reconhecer se uma fração é própria, imprópria ou aparente; - Relacionar porcentagens e frações, inclusive representando as porcentagens em forma decimal. - Identificar e associar as formas geométricas espaciais a objetos e elementos do cotidiano. 	<p>de divisibilidade, múltiplos e divisores) - Lançar desafios contextualizados explorando números naturais e decimais e estimular o aluno a desenvolver sua própria estratégia. - Promover a contextualização do conceito matemático que está sendo trabalhado, criando situações práticas para o aluno compreender como fará uso daquele conhecimento nos contextos sociais onde se insere. - Utilizar jogos e desafios lúdicos, no sentido de aproximar os alunos das estruturas e dos conceitos a serem apreendidos. - Possibilitar que o aluno tenha mais tempo para elaborar os</p>	<p>madeira, câmera fotográfica, pen-drive, programas de vídeo, jornais e revistas, jogos e quebra-cabeças.</p>	
-------------------------	---	---	---	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> - Tipos de ângulos - Retas e segmentos de reta; - Retas paralelas e retas concorrentes; Polígonos, formas circulares e simetria - Polígonos, triângulos, quadriláteros, formas circulares e figuras planas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer poliedros, paralelepípedos, cubos, prismas, pirâmides, cilindro e o cone. - Reconhecer a planificação de algumas formas geométricas espaciais - Medir e construir ângulos com o auxílio do transferidor - Identificar retas paralelas e concorrentes - Reconhecer e classificar figuras planas, linhas abertas e fechadas. - Compreender e resolver problemas que envolvam perímetro e área de figuras planas - Compreender e resolver situações problema que envolvam propriedades de figuras bidimensionais, como 	<p>conceitos matemáticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver projetos didáticos, envolvendo conteúdos diversos. - Promover aulas de revisão de conteúdos e monitoria (realizadas por alunos avançados), como forma de intervenção, junto aos alunos com desempenho abaixo do esperado. - Chamar a atenção do aluno para resolução de situações-problema. - Orientar os alunos para o uso de recursos tecnológicos, como a calculadora, o celular, o computador, que favoreçam uma melhor compreensão dos conteúdos. 		
--	---	--	---	--	--

		o triângulo, o quadrado, o retângulo, outros polígonos e círculos.			
--	--	--	--	--	--

3º BIMESTRE

Eixos Estruturantes	Objetos de conhecimento	Direitos de aprendizagem	Condições didáticas	Recursos didáticos	Instrumentos Avaliativos
<ul style="list-style-type: none"> • Números e operações 	<p>Números Decimais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Notação Decimal; - Fração Decimal; - Expressando número na notação decimal; - Operações com Decimais. Adição, Subtração, Multiplicação e Divisão; Dízima Periódica 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar na representação decimal a parte inteira e a parte decimal; - Escrever uma fração decimal em forma de número decimal; - Escrever um número decimal em forma de fração decimal; - Comparar dois ou mais números racionais escritos em forma decimal; - Efetuar, corretamente, a adição, subtração, multiplicação e divisão de números 	<ul style="list-style-type: none"> - Cálculo mental: Promover atividades permanentes que apresentam técnicas e procedimentos de cálculo mental em sua resolução (tabuada, raiz quadrada, regras de divisibilidade, múltiplos e divisores) - Lançar desafios contextualizados explorando números naturais e decimais e estimular o aluno a desenvolver sua própria estratégia. - Promover a contextualização do 	<ul style="list-style-type: none"> - Computador, Internet, calculadora como objeto de conferência, livros didáticos e paradidáticos, esquadro, com passo, transferidores, sólidos geométricos de madeira, câmera fotográfica, pen-drive, programas de vídeo, jornais e revistas, jogos e quebra-cabeças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Provas escritas, trabalho individual e em grupo com consulta, apresentações orais, relatórios, tarefas, cadernos completos.

<p>•Grandezas e medidas</p>	<p>Sistema de Medidas: - Medidas de comprimento; - Medidas de tempo.</p>	<p>decimais escritos em forma decimal; - Reconhecer quando a divisão m/n resulta decimal exato ou uma dízima periódica; - Identificar as unidades de medidas de comprimento e de tempo - Converter unidades de medida de comprimento e de tempo - Conhecer as unidades padronizadas usadas para medir comprimentos e tempo; - Transformar uma unidade de medida de comprimento e tempo em outra unidade, aplicando a relação decimal existentes entre as diversas unidades;</p>	<p>conceito matemático que está sendo trabalhado, criando situações práticas para o aluno compreender como fará uso daquele conhecimento nos contextos sociais onde se insere. - Utilizar jogos e desafios lúdicos, no sentido de aproximar os alunos das estruturas e dos conceitos a serem apreendidos. - Possibilitar que o aluno tenha mais tempo para elaborar os conceitos matemáticos. - Desenvolver projetos didáticos, envolvendo conteúdos diversos. - Promover aulas de revisão de conteúdos e monitoria (realizadas por alunos avançados), como forma de intervenção, junto aos alunos com</p>		
-----------------------------	--	--	--	--	--

			<p>desempenho abaixo do esperado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Chamar a atenção do aluno para resolução de situações-problema. - Orientar os alunos para o uso de recursos tecnológicos, como a calculadora, o celular, o computador, que favoreçam uma melhor compreensão dos conteúdos. 		
--	--	--	---	--	--

4º BIMESTRE

Eixos Estruturantes	Objetos de conhecimento	Direitos de aprendizagem	Condições didáticas	Recursos didáticos	Instrumentos Avaliativos
<ul style="list-style-type: none"> • Grandezas e medidas 	<p>Sistema de Medidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de superfície - Medidas de capacidade - Medidas de massa 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as unidades padronizadas usadas para medir superfícies; a capacidade dos sólidos e massas. - Transformar uma unidade de medida de superfície, capacidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Cálculo mental: Promover atividades permanentes que apresentam técnicas e procedimentos de cálculo mental em sua resolução (tabuada, raiz quadrada, regras 	<ul style="list-style-type: none"> - Computador, Internet, calculadora como objeto de conferência, livros didáticos e paradidáticos, esquadro, com passo, transferidores, sólidos geométricos de 	<ul style="list-style-type: none"> - Provas escritas, trabalho individual e em grupo com consulta, apresentações orais, relatórios, tarefas, cadernos completos.

<p>• Tratamento da informação</p>	<p>Estatística: - Gráficos e Tabela (análise e construção)</p>	<p>e massa em outras unidades, aplicando a relação existente entre as diversas unidades.</p> <p>- Elaborar e compreender tabelas; Construção e interpretação de gráfico de barras e de setores</p>	<p>de divisibilidade, múltiplos e divisores)</p> <p>- Lançar desafios contextualizados explorando números naturais e decimais e estimular o aluno a desenvolver sua própria estratégia.</p> <p>- Promover a contextualização do conceito matemático que está sendo trabalhado, criando situações práticas para o aluno compreender como fará uso daquele conhecimento nos contextos sociais onde se insere.</p> <p>- Utilizar jogos e desafios lúdicos, no sentido de aproximar os alunos das estruturas e dos conceitos a serem apreendidos.</p> <p>- Possibilitar que o aluno tenha mais tempo para elaborar os</p>	<p>madeira, câmera fotográfica, pen-drive, programas de vídeo, jornais e revistas, jogos e quebra-cabeças.</p>	
-----------------------------------	--	--	---	--	--

			<p>conceitos matemáticos.</p> <ul style="list-style-type: none">- Desenvolver projetos didáticos, envolvendo conteúdos diversos.- Promover aulas de revisão de conteúdos e monitoria (realizadas por alunos avançados), como forma de intervenção, junto aos alunos com desempenho abaixo do esperado.- Chamar a atenção do aluno para resolução de situações-problema.- Orientar os alunos para o uso de recursos tecnológicos, como a calculadora, o celular, o computador, que favoreçam uma melhor compreensão dos conteúdos.		
--	--	--	--	--	--